



São Paulo, 10 de agosto de 2015.

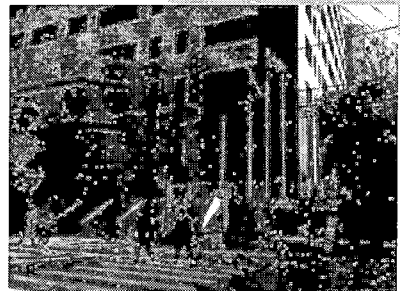
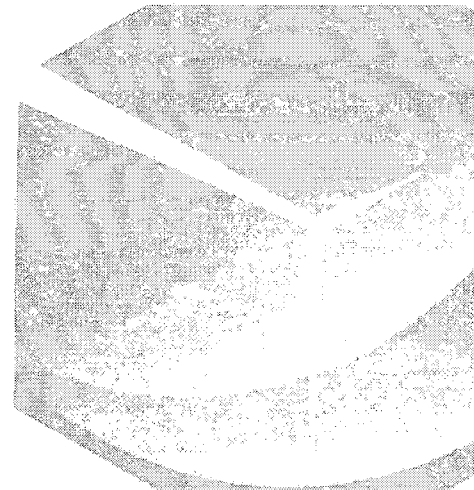
Ao

**MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO**  
CNPJ n. 00.394.494/0040-42

**MARICY NITA**, profissional habilitada, engenheira de segurança do trabalho, inscrita no CREA sob n. 5060062770, em atendimento à solicitação formulada pela empresa em epígrafe, apresentar o seguinte:

### **LAUDO TÉCNICO DE PERICULOSIDADE**

com fundamento no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, regulamentado pela Norma Regulamentadora de Segurança do Trabalho n. 16, editada pela Portaria MTb n. 3.214/78 e respectivas alterações; art. 12, inciso II da Lei n. 8.270/91; ABNT NBR IEC 60079; Norma Regulamentadora n. 19, editada pela Portaria MTb n. 3.214/78 e; ISO 31000:2009.



IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA SOLICITANTE	
<b>Número de Inscrição</b>	<b>Data de Abertura</b>
00.394.494/0040-42	20/081976
<b>Nome Empresarial</b>	
Ministério da Justiça	
<b>Título do Estabelecimento (Nome Fantasia)</b>	
Superintendência Regional do DPF em São Paulo	
<b>Código e Descrição da Atividade Econômica Principal</b>	
84.24-8-00 - Segurança e ordem pública	
<b>Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias</b>	
Não informada	
<b>Código e Descrição da Natureza Jurídica</b>	
101-5 – Órgão Público do Poder Executivo Federal	
<b>Endereço</b>	
Rua Hugo D'Antola, 95 CEP 05038-090, Lapa, São Paulo, SP	
<b>Situação Cadastral</b>	<b>Data da Situação Cadastral</b>
Ativa	27/08/2005
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>
Unidade Edifício Sede – SR/DPF/SP	R. Hugo D'Antola, 95, Lapa, CEP 05038-090, São Paulo, SP

Data da inspeção: 16/07/2015

Horário: 14 às 18hs

Local: Rua Hugo D'Antola, 95, Água Branca, CEP 05038-090, São Paulo, SP

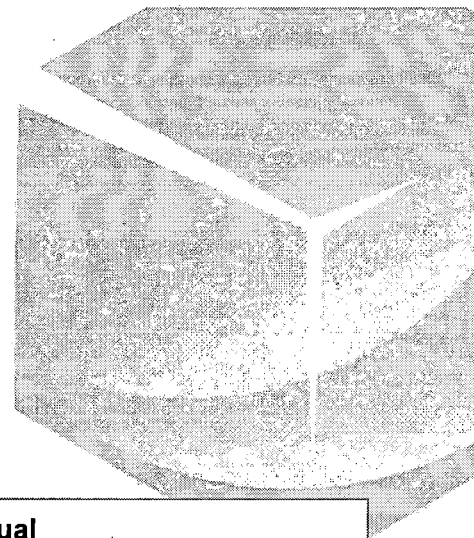
Acompanhantes da Inspeção	
Nome	Função
Eng. Maricy Nita	Eng. de Segurança do Trabalho
Roberto Alves Rosa	Advogado/Técnico de Segurança do Trabalho
Sidnei Holm de Lorenzi Cancellier	Agente Administrativo

## 1. INTRODUÇÃO

Objetiva o presente laudo a análise técnico-jurídica dos dados obtidos através de levantamento de campo, que possibilite determinar a existência ou não, de atividades ou operações em condições de periculosidade na empresa acima qualificada, com fundamento na Portaria/MTb n. 3.214/78 - NR-16, denominada Atividades e Operações Perigosas, de modo a concluir se há obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade.

Importante esclarecer, de início, que embora os servidores públicos federais sejam estatutários, o art. 12 da Lei n. 8.270/91, obriga a aplicação das mesmas normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, nos casos de apuração de insalubridade e periculosidade, exceto com relação aos percentuais<sup>1</sup>, quais sejam:

<sup>1</sup> Lei n. 8.270, de 17 de dezembro de 1991 - Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.  
Art. 12 (...)



Atividades ou Operações	Percentual	
	Servidores (Estatutários)	Empregados (CLT)
Insalubridade	5% (mínimo), 10% (médio) ou 20% (máximo),	10% (mínimo), 20% (médio) ou 40% (máximo)
Periculosidade	10%	30%

## 2. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO À PERICULOSIDADE

Definição legal de periculosidade Art. 193 da CLT
<p><i>Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da <b>regulamentação</b> aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem <b>risco acentuado</b> em virtude de <b>exposição permanente</b> do trabalhador a:</i></p> <p><i>I - <u>inflamáveis, explosivos ou energia elétrica</u>; II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de <u>segurança pessoal ou patrimonial</u>. (...) § 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em <u>motocicleta</u>. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014)</i></p>

§ 1º O adicional de irradiação ionizante será concedido nos percentuais de cinco, dez e vinte por cento, conforme se dispuser em regulamento.

§ 2º A gratificação por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas será calculada com base no percentual de dez por cento.

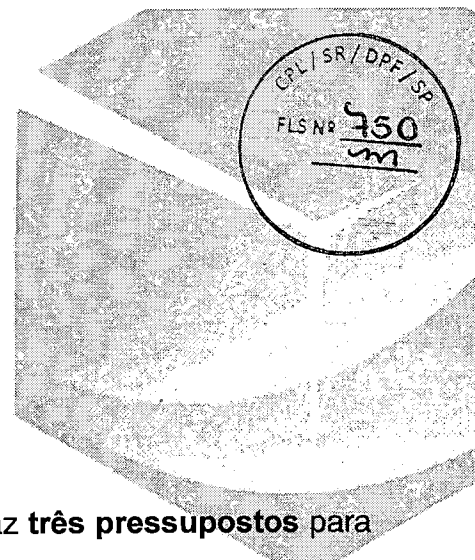
§ 3º Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.

### Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

Art. 192 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

**RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO.** Após a edição da Súmula Vinculante 4 do STF, até que sobrevenha nova lei dispondo sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade, e não havendo previsão normativa nesse sentido, tal parcela deverá continuar sendo calculada sobre o salário-mínimo nacional. Recurso de revista conhecido e provido. (PROCESSO Nº TST-RR-74200-62.2008.5.15.0128).





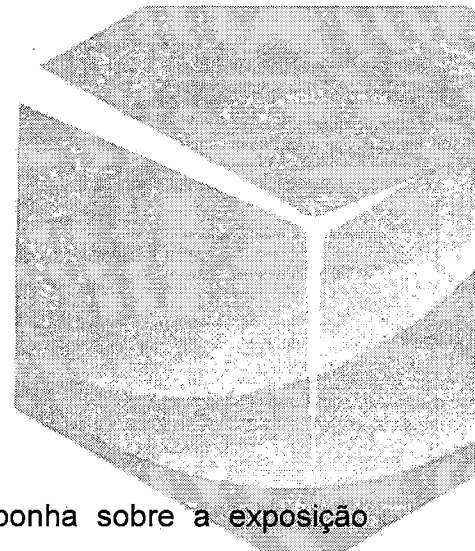
Como se observa, o texto legal traz **três pressupostos** para a caracterização da periculosidade, os quais devem ser satisfeitos cumulativamente, sob pena de nulidade do enquadramento, ou seja, na falta de qualquer uma destes, não existirá condição de periculosidade. Vejamos:

1.A **previsão da atividade como perigosa** em lei (art. 193 da CLT), devidamente regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente divididas em seis hipóteses: explosivos, inflamáveis, eletricidade, radiações ionizantes<sup>2</sup>; atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial e, ainda as atividades desenvolvidas por trabalhadores em motocicletas;

2.O **contato permanente** (tempo de exposição) com o agente perigoso. Os critérios contidos na Portaria n. 3.311/89 do Ministério do Trabalho, que define “*Instruções para elaboração de laudos de insalubridade e periculosidade*” continuam sendo utilizados como princípios norteadores em razão da inexistência de legislação vigente que estabeleça normativa para a caracterização do tempo de exposição em permanente (contínuo), eventual ou intermitente, na seguinte conformidade:

Tempo de exposição	Caracterização
Até 30 min/dia	Eventual
entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
Acima de 400 min/dia	Permanente

<sup>2</sup> “A exposição do empregado à radiação ionizante ou à substância radioativa enseja a percepção do adicional de periculosidade, pois a regulamentação ministerial (Portarias do Ministério do Trabalho 3.393, de 17.12.1987, e 518, de 07.04.2003), ao reputar perigosa a atividade, reveste-se de plena eficácia, porquanto expedida por força de delegação legislativa contida no art. 200, caput, e inciso VI, da CLT. No período de 12.12.2002 a 06.04.2003, enquanto vigeu a Portaria 496 do Ministério do Trabalho, o empregado faz jus ao adicional de insalubridade” (DJ 22.06.2005).



Importante esclarecer, que embora art. 193 da CLT disponha sobre a exposição permanente do trabalhador com o agente perigoso, a Súmula 364 do TST garante o direito ao adicional de periculosidade aos trabalhadores que, de forma intermitente, sujeitam-se a condições de risco:

**Súmula nº 364 do TST**

**ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO EVENTUAL, PERMANENTE E INTERMITENTE** (cancelado o item II e dada nova redação ao item I) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido. (ex-Ojs da SBDI-1 nºs 05 - inserida em 14.03.1994 - e 280 - DJ 11.08.2003)

3. A condição de **risco acentuado**. Para que se possa verificar se determinada atividade/operação implica risco acentuado para o trabalhador, é necessário ao perito /assistente técnico realizar criteriosa análise de risco da atividade, levando-se em conta os fatores de consequência e probabilidade de ocorrência do dano em cada situação.

Para tanto, no presente laudo utilizou-se da técnica de construção de matriz de impacto, considerando-se as variáveis de **probabilidade** (baixa, moderada, alta) e **consequência** (alta, média, baixa), a seguir demonstrada, com base na conceituação trazida pela norma AS/NZS 4360:2004<sup>3</sup>:

<sup>3</sup> Norma australiana / neozelandesa de Gestão de Riscos, substituída pela ISO 31000.

## Risco

*"(...) é a possibilidade de acontecer algo que irá ter um impacto sobre os objetivos. Ele é medido em termos de consequências e probabilidade." (g.n.)*

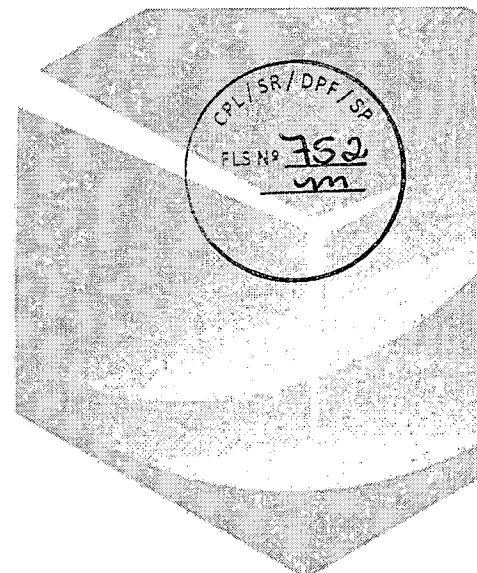
### Descrição de Risco [ISO 31000:2009]



**RISCO = função da probabilidade e gravidade da Consequência**

			Probabilidade		
			Baixa	Moderada	Alta
			Realização de atividades/operações <b>não classificadas como perigosas</b> , somada à existência de medidas de controle/proteção coletivas eficazes e que dificultam significativamente a ocorrência de acidentes	Realização de atividades/operações classificadas como perigosas, mas as <b>medidas de controle/proteção coletivas existentes</b> podem impedir a ocorrência de acidentes	Realização de atividades/operações classificadas como perigosas, somada a <b>insuficiência de medidas de controle/proteção coletivas</b>
Consequência	Baixa	Acidentes que geram <b>incapacidade temporária</b> ou danos materiais	1	2	3
	Média	Acidentes que geram <b>perda permanente</b> ou danos materiais significativos	2	4	
	Alta	Acidentes geram <b>incapacidade permanente/fatalidade</b> ou danos materiais de grandes proporções	3		

Gradação do Risco	Classificação da Atividade/Operação
5 e 6	Risco Acentuado
3 e 4	Risco Moderado
1 e 2	Risco Baixo



### 3. PRINCIPAIS ÁREAS DE RISCO IDENTIFICADAS<sup>4</sup>

SETOR	DESCRIÇÃO DO LOCAL	AGENTE PERICULOSO	QTD. ARMAZENADA (APROX.) <sup>5</sup>
Depósito NUMAT – 1º andar	Área construída em alvenaria, com pé direito aproximado de 3 m, cobertura em laje, piso cerâmico, iluminação natural inexistente e artificial por meio de lâmpadas fluorescentes, ventilação natural e artificial inexistente.	Explosivos	250.000 munições x 6,15g (peso do projétil) = 1.537,5 Kg de material explosivo
SINARM – 1º e 2º andares	Área construída em alvenaria, com pé direito aproximado de 3 m, cobertura em laje, piso cerâmico, iluminação natural inexistente e artificial por meio de lâmpadas fluorescentes, ventilação natural e artificial inexistente.	Explosivos	5.0000 munições x 6,15g (peso do projétil) = 30,75 Kg de material explosivo
DRE – 3º andar	Área construída em alvenaria, com pé direito aproximado de 3 m, cobertura em laje, piso cerâmico, iluminação natural inexistente e artificial por meio de lâmpadas fluorescentes, ventilação natural e artificial inexistente.	Explosivos	736 Kg munições <sup>6</sup>
SETEC/GBE – 9º andar	Área construída em alvenaria, com pé direito aproximado de 3 m, cobertura em laje, piso cerâmico, iluminação natural inexistente e artificial por meio de lâmpadas fluorescentes, ventilação natural e artificial inexistente.	Explosivos	20 Kg de TNT no Paio <sup>6</sup>
SETEC – 10º andar	Área construída em alvenaria, com pé direito aproximado de 3 m, cobertura em laje, piso cerâmico, iluminação natural através de janelas e artificial por meio de lâmpadas fluorescentes, ventilação natural através de janelas e artificial por meio de ar condicionado.	Inflamáveis	~200 frascos de inflamáveis diversos não lacrados na fabricação x 300 ml = 60 litros
Cabine Primária	Área construída em alvenaria, com pé direito aproximado de 3 m, cobertura em laje, piso cerâmico, iluminação natural inexistente e artificial por meio de lâmpadas fluorescentes, ventilação natural e artificial inexistente.	Energia Elétrica	Alta Tensão (13.800 V)

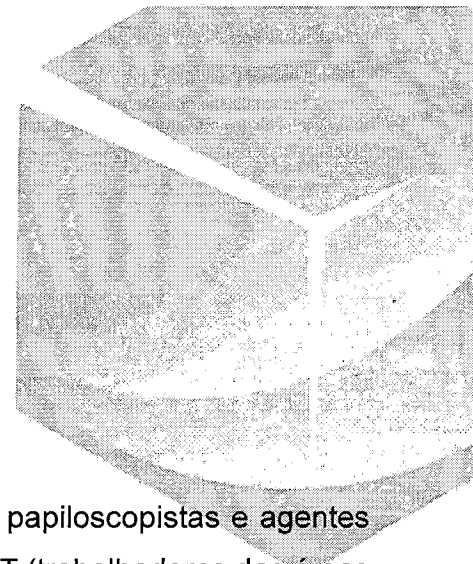
<sup>4</sup> Vide item 5 deste laudo para registros fotográficos das áreas de risco acima identificadas.

<sup>5</sup> Quantidade aproximada calculada com base em consulta no site da Companhia Brasileira de Cartuchos <<http://www.cbc.com.br/municoes-para-pistolas-subcat-1.html>> para munições “.380 Auto”, cujo peso unitário do projétil é de 6,15 gramas. Acesso em 27/08/2015.

<sup>6</sup> Informações sobre a quantidade de munição armazenada fornecida pelo servidor responsável pelo setor.

### 4. ATIVIDADES ABRANGIDAS PELO PRESENTE LAUDO E DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

Importante esclarecer que todas as avaliações e respectivos resultados obtidos quando do presente laudo, se aplicam aos Servidores Públicos

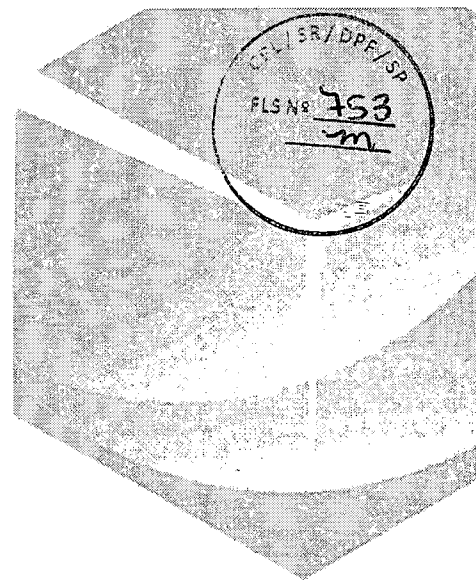


Federais (delegados, agentes de polícia, peritos, escrivães, papiloscopistas e agentes administrativos), bem como aos empregados regidos pela CLT (trabalhadores das áreas de limpeza, vigilância patrimonial, manutenção, copa/cozinha e recepção).

Funções	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO <sup>7</sup>
<b>Servidor Público Federal (Delegado)</b>	Instaurar e presidir procedimentos policiais de investigação, orientar e comandar a execução de investigações relacionadas com a prevenção e repressão de ilícitos penais, participar do planejamento de operações de segurança e investigações, supervisionar e executar missões de caráter sigiloso, participar da execução das medidas de segurança orgânica, bem como desempenhar outras atividades, semelhantes ou destinadas a apoiar o Órgão na consecução dos seus fins.
<b>Servidor Público Federal (Perito Criminal)</b>	Realizar exames periciais em locais de infração penal, realizar exames em instrumentos utilizados, ou presumivelmente utilizados, na prática de infrações penais, proceder pesquisas de interesse do serviço, coletar dados e informações necessários à complementação dos exames periciais, participar da execução das medidas de segurança orgânica e zelar pelo cumprimento das mesmas, desempenhar outras atividades que visem apoiar técnica e administrativamente as metas da Instituição Policial, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
<b>Servidor Público Federal (Escrivão)</b>	Dar cumprimento às formalidades processuais, lavrar termos, autos e mandados, observando os prazos necessários ao preparo, à ulatimação e à remessa de procedimentos policiais de investigação; acompanhar a autoridade policial, sempre que determinado, em diligências policiais, dirigir veículos policiais; cumprir medidas de segurança orgânica; atuar nos procedimentos policiais de investigação; desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
<b>Servidor Público Federal (Agente de Polícia)</b>	Executar investigações e operações policiais na prevenção e na repressão a ilícitos penais, dirigir veículos policiais, cumprir medidas de segurança orgânica, desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas. Efetuar também, apreensões de objetos relacionados à infração penal e armazená-los (entorpecentes, inflamáveis, explosivos, produtos radioativos, tóxicos, armas e munições).
<b>Servidor Público Federal (Papiloscopista)</b>	Executar, orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos papiloscópicos de coleta, análise, classificação, subclassificação, pesquisa, arquivamento e perícias, bem como assistir à autoridade policial e desenvolver estudos na área de papiloscopia, dirigir veículos policiais, cumprir medidas de segurança orgânica, desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
<b>Servidor Público Federal (Agente Adm.)</b>	Realizar atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada em grau de maior complexidade, referentes a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração pública, de pessoal, material, orçamento, organização e métodos.
<b>Trabalhadores das áreas de Manutenção</b>	Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Realizar manutenção em componentes e equipamentos; planejar atividades de manutenção; avaliar condições de funcionamento e desempenho de componentes de máquinas e equipamentos. Planejar serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica e realizar manutenções preventiva, preditiva e corretiva. Instalar sistemas e componentes eletroeletrônicos e realizar medições e testes.
<b>Trabalhadores da Copa/Cozinha</b>	Organizar e supervisionar serviços de cozinha em locais de refeições, planejando cardápios e elaborando o pré-preparo, o preparo e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade dos alimentos; preparar e servir água, chá e café.
<b>Trabalhadores da Recepção</b>	Recepcionar e prestar serviços de apoio a visitantes; averiguar suas necessidades e dirigi-los aos lugares ou as pessoas procuradas; prestar atendimento telefônico e fornecer informações; observar normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos visitantes e notificando seguranças sobre presenças estranhas.
<b>Trabalhadores da área de Vigilância Patrimonial</b>	Fiscalizar a guarda do patrimônio e exercer a observação do estabelecimento, percorrendo-o sistematicamente e inspecionando suas dependências; prevenir perdas, evitar incêndios e acidentes, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlar fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados.
<b>Trabalhadores da área de Limpeza</b>	Executar serviços de limpeza, conservando vidros e fachadas, limpando recintos e acessórios, seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

<sup>7</sup> Informações obtidas no site da Polícia Federal < <http://www.dpf.gov.br/institucional/concursos/caracteristicas-dos-cargos/carreira-policial/requisitos-e-atribuicoes-dos-cargos-da-carreira-policial-federal>>. Acesso em 27/08/2015.





## 5. RESULTADOS OBTIDOS

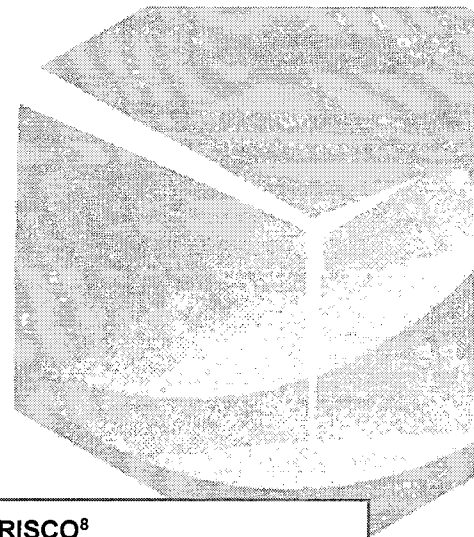
Confrontando-se os dados coletados na ocasião do levantamento de campo, com os pressupostos necessários para a caracterização da periculosidade, acima demonstrados, foi possível alcançar os seguintes resultados, abaixo apresentados:

### 5.1 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR EXPLOSIVOS – ANEXO 1 - NR-16

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	
A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?	SIM
<b>Fundamentação legal:</b> Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 1, item 1, alínea "a" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
ATIVIDADE	ADICIONAL DE 30%*
a. no armazenamento de explosivos.	Todos os trabalhadores nessa atividade ou que permaneçam na área de risco

\* 10% para servidores públicos federais nos termos do art. 12 da Lei n. 8.270/91, conforme consta no item 1 do presente laudo.

CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE RISCO	
Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 1, item 3, alínea "a" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
a) Nos locais de armazenagem de pólvoras químicas, artifícios pirotécnicos e produtos químicos usados na fabricação de misturas explosivas ou de fogos de artifício, a área compreendida no Quadro n.º 2:	
QUANTIDADE ARMAZENADA EM QUILO	FAIXA DE TERRENO ATÉ A DISTÂNCIA MÁXIMA DE
até 4.500	45 metros



### LOCAIS DE ARMAZENAMENTO – ÁREAS DE RISCO<sup>8</sup>

Depósito NUMAT (1º andar), SINARM (1º e 2º andares), DRE (3º andar) e SETEC/GBE (9º andar)

<sup>8</sup> Vide campo “observações do perito” ao final deste item.

### REGISTROS FOTOGRÁFICOS

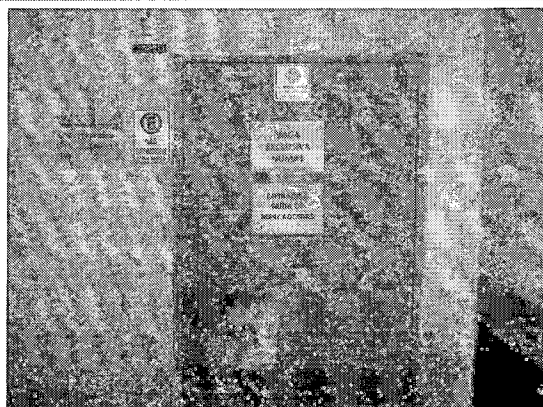


Foto 01 – Entrada do depósito do NUMAT



Foto 02 – NUMAT



Foto 03 – Depósito do NUMAT



Foto 04 – Depósito do NUMAT

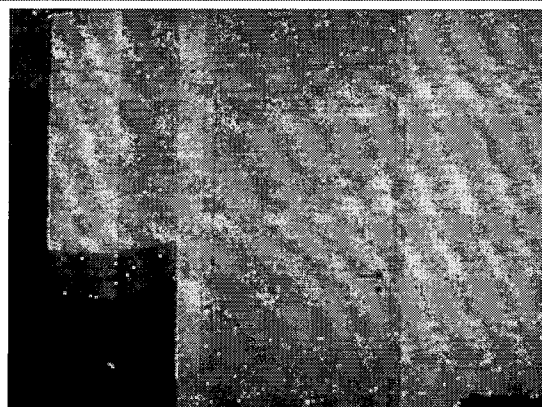




**Foto 05** – Munições - NUMAT



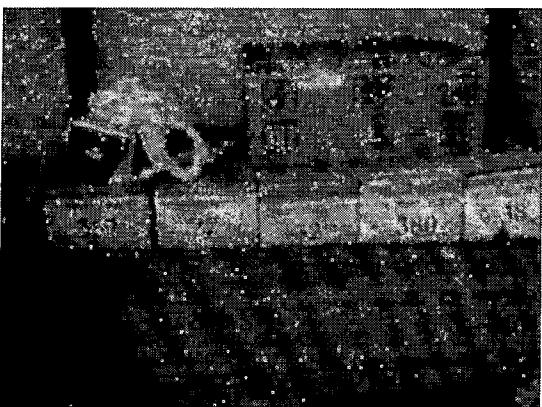
**Foto 06** – Munições - NUMAT



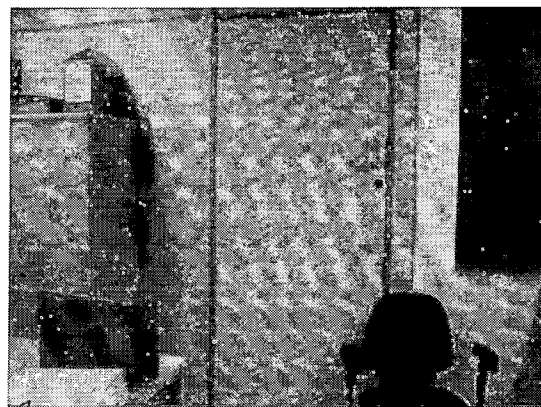
**Foto 07** – Entrada do depósito do SINARM (1º andar)



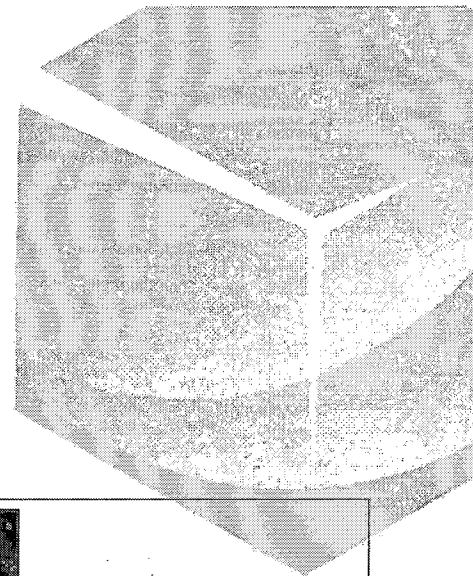
**Foto 08** – Munições - SINARM



**Foto 09** – Munições - SINARM



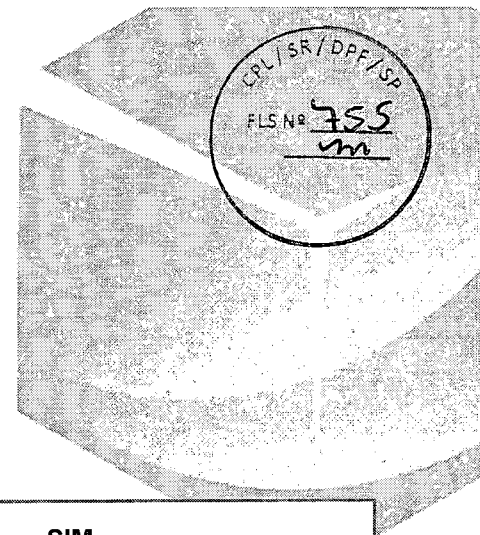
**Foto 10** – Entrada do depósito do SINARM (2º andar)



ATIVIDADES	
<b>QUEM ESTÁ EXPOSTO?</b>	<b>Todos os servidores Públicos Federais e Empregados regidos pela CLT</b>
<b>Descrição da(s) atividades(s):</b> Vide item 4 deste laudo.	

Tempo de exposição		Caracterização
	Até 30 min/dia	Eventual
	entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
<b>x</b>	<b>Acima de 400 min/dia</b>	<b>Permanente</b>

ANÁLISE DE RISCO ISO 31000:2009		
<b>PROBABILIDADE</b>	<b>X</b>	<b>CONSEQUÊNCIA</b>
<b>Alta</b>		<b>Alta</b>
<b>Gradação do Risco = 9</b>		



HÁ CONDIÇÃO DE RISCO ACENTUADO?	SIM
<p>► <b>OBSERVAÇÕES DO PERITO:</b></p> <p>Na ocasião da perícia, verificou-se que as <b>áreas de armazenamento de explosivos não atendem o disposto na Norma Regulamentadora n. 19</b> editada pela Portaria GM n. 3.214/78, em especial o item 19.3.1, que dispõe acerca dos requisitos mínimos de segurança para a sua construção. Esta situação caracteriza <b>insuficiência de medidas de controle/proteção coletivas</b> e, portanto, aumenta a <b>probabilidade</b> de ocorrência de sinistros, caracterizada como "<b>ALTA</b>", conforme <b>matriz de impacto</b> inserida no item 2 deste laudo, que considera as variáveis de <b>probabilidade</b> (baixa, moderada, alta) e <b>consequência</b> (alta, média, baixa).</p> <p>Some-se a este fato, que também não foi evidenciada a existência de laudo de <b>classificação de áreas de risco</b> nos termos da ABNT NBR 60079.</p> <p>No mais, ressalte-se que foi constatada condição de <b>risco acentuado</b> nos depósitos dos setores do SINARM e NUMAT, localizados no 1º andar do edifício (correspondente ao subsolo), bem como nos demais setores e andares da edificação, conforme descrito no item 3 deste laudo, cuja quantidade armazenada de munições alcança o <b>montante aproximado de 2.324,25 kg (2,32 ton.)</b>.</p> <p>Ademais, o armazenamento é realizado em locais sem ventilação; ultrapassa a ocupação máxima de 60% da área; não observa a altura máxima de empilhamento de 2 m; bem como não é dotada de sinalização externa adequada, o que constitui afronta ao item 19.3.1 da NR-19.</p> <p>Desse modo, considerando a grande quantidade de munições e explosivos armazenados de forma inadequada nas dependências da SR/DPF/SP, bem como que a maior concentração de material explosivo se encontra estocada no Depósito NUMAT – 1º andar (subsolo) da edificação, verifica-se que todos os servidores e empregados terceirizados estão em situação de risco acentuado, seja qual for o pavimento, pois trabalham de forma permanente em prédio, cujo subsolo está totalmente lotado de explosivos, sem que haja medidas de controle suficientes a eliminar e/ou minimizar o risco para todos os seres humanos que habitam a unidade do edifício sede da SR/DPF/SP.</p>	

**CONCLUSÃO - EXPLOSIVOS**

Diante da análise técnico-jurídica empreendida, em que foram examinadas as atividades dos Servidores Públicos Federais, se conclui que há



caracterização da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado e, portanto, **existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 10% sobre o salário contratual, de acordo com o art. 12, inciso II da Lei 8.270 de 17/12/1991.**

No tocante aos empregados regidos pela CLT, também se conclui que há preenchimento dos pressupostos inseridos no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o Anexo 1 da Norma regulamentadora n. 16 editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam, a previsão da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, **existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 30% sobre o salário contratual para todos os que laboram nas dependências da SR/DPF/SP.**

## 5.2 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR INFLAMÁVEIS – ANEXO 2 – NR-16

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	
A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?	SIM
<b>Fundamentação legal:</b> Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 2, item 1, alínea "b" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
ATIVIDADE	ADICIONAL DE 30%*
b. no transporte e armazenagem de inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos e de vasilhames vazios não desgaseificados ou decantados.	Todos os trabalhadores na área de operação.

\* 10% para servidores públicos federais nos termos do art. 12 da Lei n. 8.270/91, conforme consta no item 1 do presente laudo.

### CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE RISCO

Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 2, item 3, alínea "s" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.

ATIVIDADE	ÁREA DE RISCO
s. Armazenamento de vasilhames que contenham inflamáveis líquidos ou vazios não desgaseificados, ou decantados, em recinto fechado.	Toda a área interna do recinto.

### LOCAIS DE ARMAZENAMENTO – ÁREAS DE RISCO

Laboratório do SETEC (9º andar)

### REGISTROS FOTOGRÁFICOS

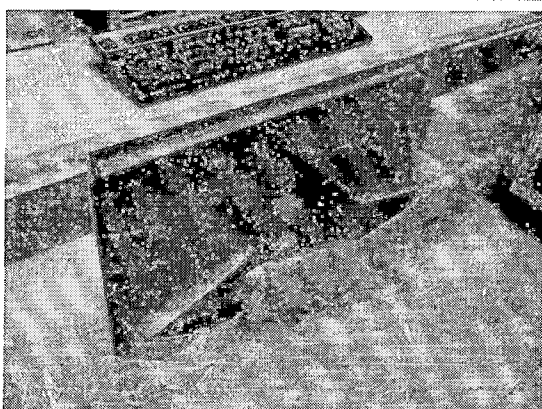


Foto 12 – Armazenamento de álcool etílico

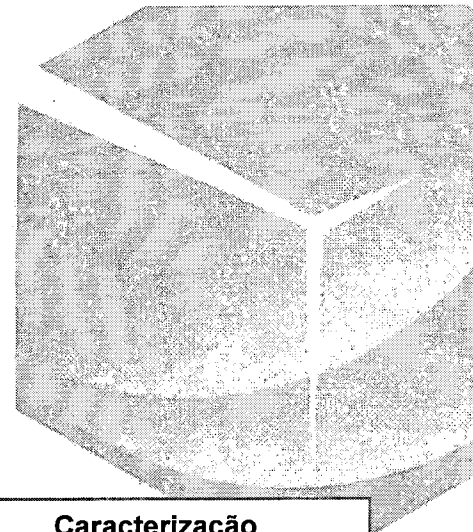


Foto 13 – Solventes orgânicos e metanol

### ATIVIDADES

QUEM ESTÁ EXPOSTO?	Servidores Públicos Federais e Empregados regidos pela CLT (limpeza)
<p><b>Descrição da(s) atividades(s):</b> Vide item 4 deste laudo.</p>	



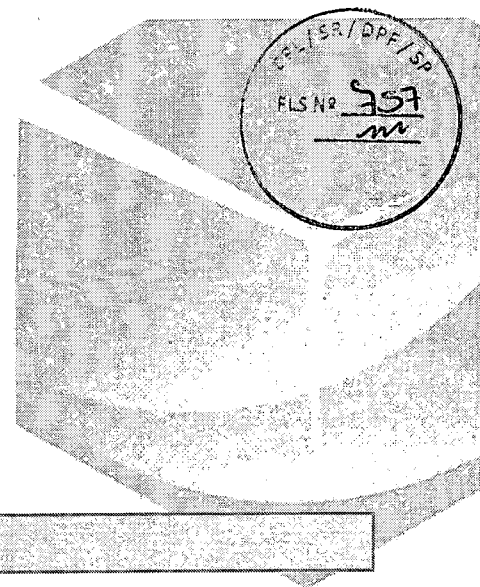


Tempo de exposição		Caracterização
	Até 30 min/dia	Eventual
	entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
<b>x</b>	<b>Acima de 400 min/dia</b>	<b>Permanente</b>

**ANÁLISE DE RISCO**  
ISO 31000:2009

PROBABILIDADE	<b>X</b>	CONSEQUÊNCIA
Moderada		Alta
Gradação do Risco = 6		

HÁ CONDIÇÃO DE RISCO ACENTUADO?	Sim
<p>► <b>OBSERVAÇÕES DO PERITO:</b></p> <p>Não se verifica a hipótese de enquadramento legal no item 4.2 do Anexo II da NR-16, que exclui o direito à percepção do adicional de periculosidade, pois embora os recipientes armazenados e manuseados possuam capacidade inferior a cinco litros, os mesmos não estão lacrados na fabricação, bem como o armazenamento não é realizado de acordo com o previsto nas Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, conforme se verifica nos registros fotográficos de n. 9 e 10.</p> <p>Texto normativo:</p> <p>4 - <u>Não caracterizam periculosidade</u>, para fins de percepção de adicional:</p> <p>4.1 (...)</p> <p>4.2 - o manuseio, a armazenagem e o transporte de <u>recipientes de até cinco litros</u>, lacrados na fabricação, contendo líquidos inflamáveis, independentemente do número total de recipientes manuseados, armazenados ou transportados, <u>sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego</u> e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados.</p>	

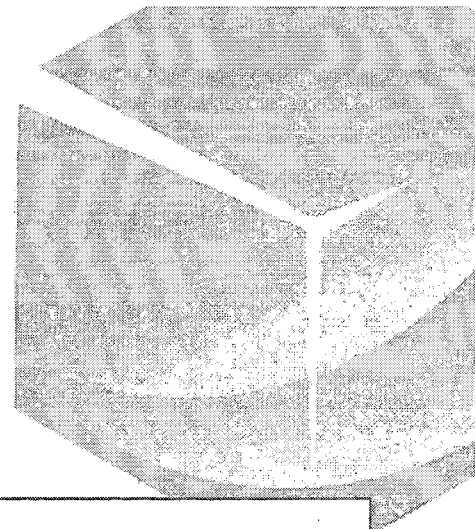


### CONCLUSÃO - INFLAMÁVEIS

Diante da análise técnico-jurídica empreendida, em que foram examinadas as atividades dos empregados regidos pela CLT, se conclui que há preenchimento dos pressupostos inseridos no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o Anexo 2 da Norma regulamentadora n. 16 editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam, a previsão da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, **existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 30% sobre o salário contratual para os empregados que ingressam no Laboratório do SETEC (9º andar) para a realização de limpeza.**

Para os Servidores Públicos Federais, que laboram no Laboratório do SETEC (9º andar), se conclui que também há a caracterização da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, **existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 10% sobre o salário contratual, de acordo com o art. 12, inciso II da Lei 8.270 de 17/12/1991.**

### 5.3 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR EXPOSIÇÃO A ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL – ANEXO 3 - NR-16



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	
A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?	SIM
<b>Fundamentação legal:</b> Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 3, itens 1 e 3, da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
ATIVIDADE	ADICIONAL DE 30%
Vigilância patrimonial	Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas

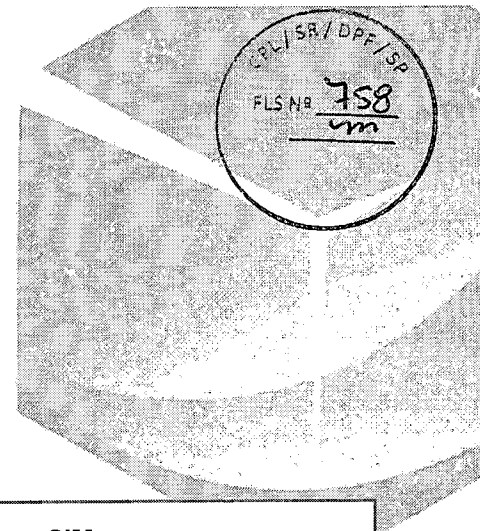
ATIVIDADES	
QUEM ESTÁ EXPOSTO?	Empregados regidos pela CLT (Segurança Patrimonial)
<b>Descrição da(s) atividades(s):</b> Vide item 4 deste laudo.	

Tempo de exposição		Caracterização
	Até 30 min/dia	Eventual
	entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
x	Acima de 400 min/dia	Permanente

### ANÁLISE DE RISCO ISO 31000:2009

PROBABILIDADE	X	CONSEQUÊNCIA
Alta		Moderada
Gradação do Risco = 6		





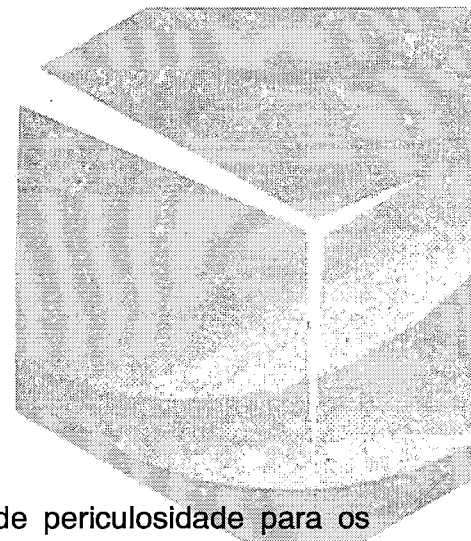
HÁ CONDIÇÃO DE RISCO ACENTUADO?	SIM
<p>► <b><u>OBSERVAÇÕES DO PERITO:</u></b></p> <p>Na ocasião da perícia, verificou-se a existência de empregados que realizam atividades ou operações de vigilância e segurança patrimonial, estando de acordo com o Anexo 3 da NR-16 c/c com item 2, alínea "a" e quadro do item 3.</p>	

**CONCLUSÃO - ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL**

Diante da análise técnico-jurídica empreendida, em que foram examinadas as atividades dos Empregados regidos pela CLT, se conclui que há preenchimento dos pressupostos inseridos no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o Anexo 3 da Norma regulamentadora n. 16 editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam, a previsão da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, **existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 30% sobre o salário contratual.**

**5.4 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR ENERGIA ELÉTRICA – ANEXO 4 – NR-16**

Inicialmente, importante ressaltar que, com o advento da lei n. 12.740 de 08 de dezembro de 2012, regulamentada pela Portaria MTE n. 1.078 de 16



de julho de 2014<sup>4</sup>, foi estendida a garantia de adicional de periculosidade para os empregados que exercem atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos além do Sistema Elétrico de Potência - SEP<sup>5</sup>, na seguinte conformidade:

#### ANEXO 4

(Aprovado pela Portaria MTE n.º 1.078, de 16 de julho de 2014)

#### ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

1. Têm direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores:

- a) que executam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos **energizados em alta tensão**;
- b) que realizam atividades ou operações com **trabalho em proximidade**, conforme estabelece a NR-10;
- c) que realizam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos **energizados em baixa tensão no sistema elétrico de consumo - SEC**, no caso de descumprimento do item 10.2.8 e seus subitens da NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- d) das empresas que operam em instalações ou equipamentos integrantes do **sistema elétrico de potência - SEP**, bem como suas contratadas, em conformidade com as atividades e respectivas áreas de risco descritas no quadro I deste anexo.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?**

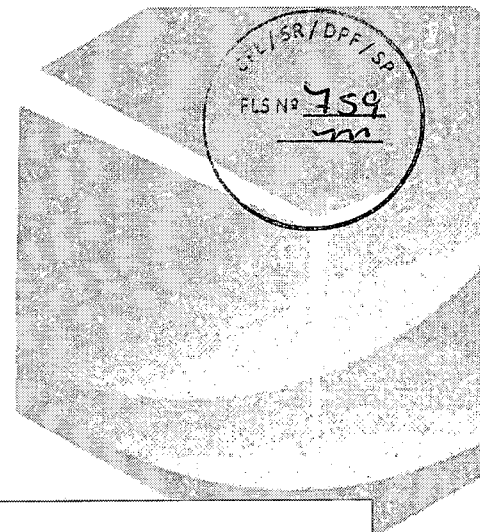
**SIM**

#### Fundamentação legal:

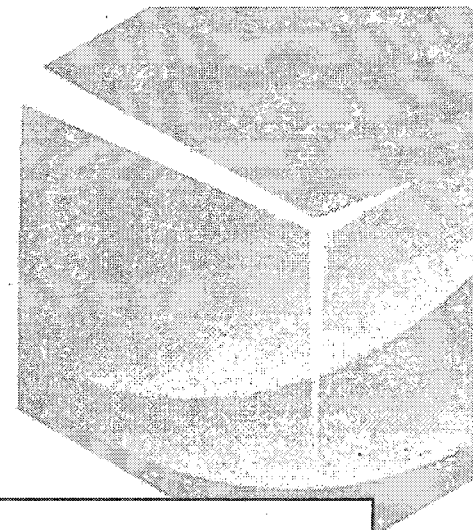
Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 4, item 1 da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.

<sup>4</sup> Anteriormente, o referido adicional era garantido aos empregados por força da Lei n. 7.369 de 20-09-1985, regulamentada pelo Decreto n.º 93.412/86.

<sup>5</sup> **Sistema Elétrico de Potência (SEP)**: conjunto das instalações e equipamentos destinados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica até a medição, inclusive.



Verificação das hipóteses de enquadramento da atividade como perigosa nos termos do item 1 do Anexo 4 da NR-16 (Portaria MTE n.º 1.078, de 16 de julho de 2014)	Sim	Não	Observação
O trabalhador executa atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em <b>alta tensão</b> ;	X		AT = Superior a 1.000 v c.a. ou 1.500 v c.c.
O trabalhador executa atividades ou operações com trabalho em <b>proximidade</b> , conforme estabelece a NR-10?	X		<b>Trabalho em Proximidade:</b> trabalho durante o qual o trabalhador pode entrar na zona controlada, ainda que seja com uma parte do seu corpo ou com extensões condutoras, representadas por materiais, ferramentas ou equipamentos que manipule. <b>Zona Controlada:</b> entorno de parte condutora energizada, não segregada, acessível, de dimensões estabelecidas de acordo com o nível de tensão, cuja aproximação só é permitida a profissionais autorizados.
O trabalhador realiza atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em <b>baixa tensão no sistema elétrico de consumo - SEC</b> , ou desprovidas de proteção coletiva? (isolamento das partes vivas, obstáculos, barreiras, sinalização, sistema de seccionamento automático de alimentação, bloqueio do religamento automático)	X		
O trabalhador opera em instalações ou equipamentos integrantes do sistema elétrico de potência - SEP, em conformidade com as atividades e respectivas áreas de risco descritas no quadro I da NR-16?	X		



### CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE RISCO

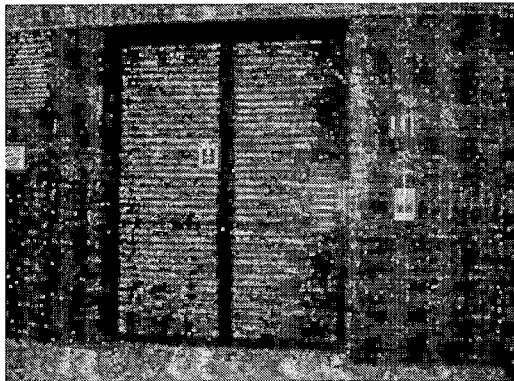
Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 4, item 4.2, quadro I, alínea "II" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.

ATIVIDADE	ÁREA DE RISCO
II. Atividades, constantes no item 4.2, de construção, operação e <b>manutenção</b> nas usinas, unidades geradoras, <b>subestações e cabinas de distribuição em operações, integrantes do SEP</b> , energizados ou desenergizados, mas com possibilidade de energização acidental ou por falha operacional.	<p>a) <b>Pontos de medição e cabinas de distribuição, inclusive de consumidores;</b></p> <p>b) Salas de controles, casa de máquinas, barragens de usinas e unidades geradoras;</p> <p>c) <b>Pátios e salas de operações de subestações, inclusive consumidoras.</b></p>

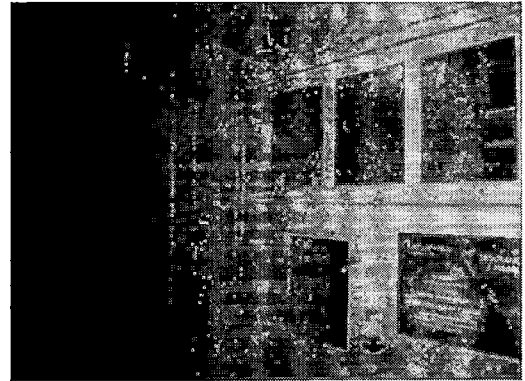
### LOCAIS DE ATIVIDADES COM ENERGIA ELÉTRICA – ÁREAS DE RISCO

Cabine primária, subestação secundária e central de água gelada

### REGISTROS FOTOGRÁFICOS



**Foto 14 – Cabine Primária**



**Foto 15 – Cabine primária**

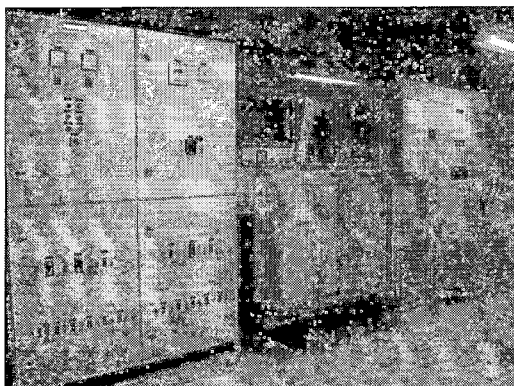


Foto 16 – Subestação secundária

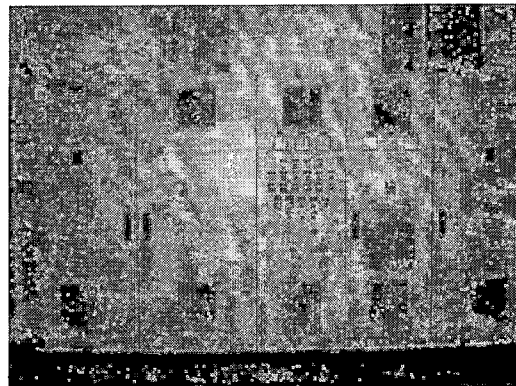


Foto 17 – Central de água gelada

#### ATIVIDADES

QUEM ESTÁ EXPOSTO?

Empregados regidos pela CLT, restritos à Manutenção

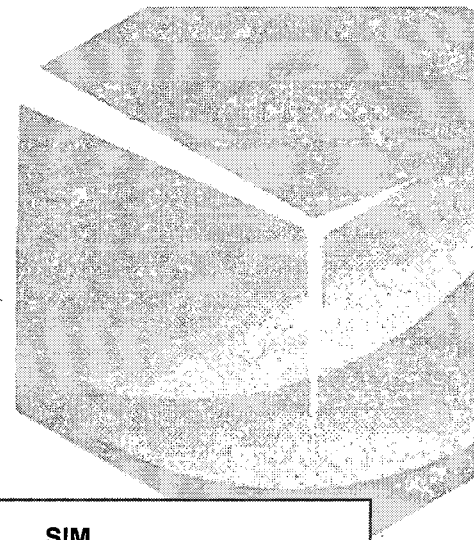
Descrição da(s) atividades(s):

Vide item 4 deste laudo.

Tempo de exposição		Caracterização
	Até 30 min/dia	Eventual
x	entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
	Acima de 400 min/dia	Permanente

#### ANÁLISE DE RISCO ISO 31000:2009

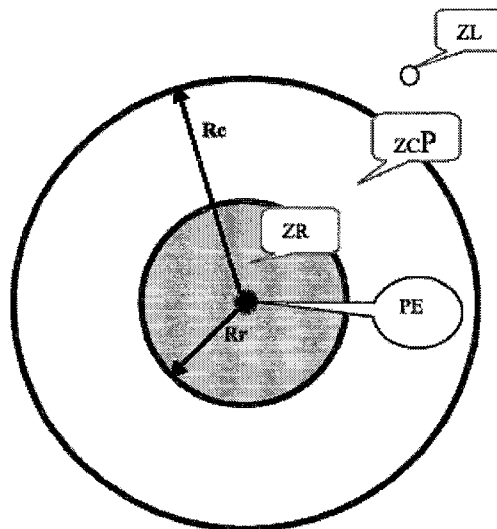
PROBABILIDADE	X	CONSEQUÊNCIA
Moderada		Alta
Gradação do Risco = 6		



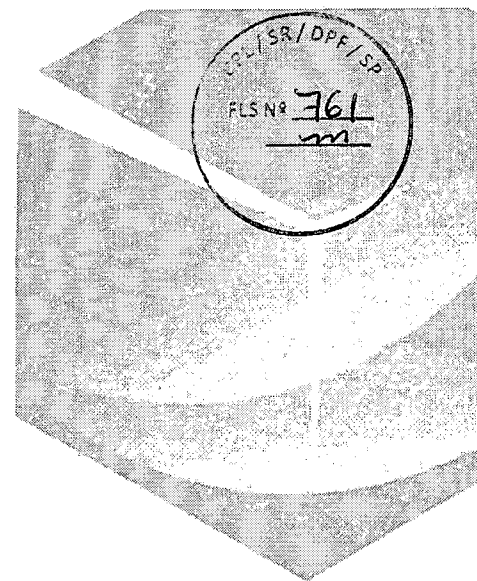
HÁ CONDIÇÃO DE RISCO ACENTUADO?	SIM
<p>► <b>OBSERVAÇÕES DO PERITO:</b></p> <p>Como se observa da análise da atividade acima realizada, os empregados de manutenção executam atividades com trabalho em proximidade, conforme estabelece a NR-10, segundo a qual há possibilidade de ingresso entrar na <b>zona controlada</b>, ainda que seja com uma parte do seu corpo ou com extensões condutoras, representadas por materiais, ferramentas ou equipamentos que manipule.</p>	

#### CROQUI DE ZONA CONTROLADA

Conforme o Anexo II da NR-10, Zona de Risco e Zona Controlada:



*Figura 2 - Distâncias no ar que delimitam radialmente as zonas de risco, controlada e livre, com interposição de superfície de separação física adequada.*



**ZL** = Zona livre

**ZC** = Zona controlada, restrita a trabalhadores autorizados.

**ZR** = Zona de risco, restrita a trabalhadores autorizados e com a adoção de técnicas, instrumentos e equipamentos apropriados ao trabalho.

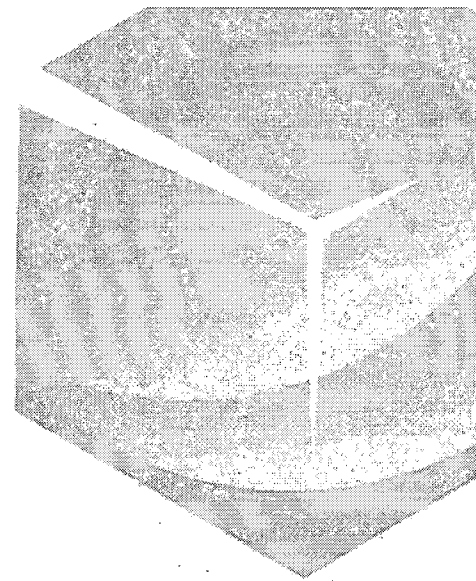
**PE** = Ponto da instalação energizado.”

### CONCLUSÃO - ELETRICIDADE

Diante da análise técnico-jurídica empreendida, somada às informações obtidas na ocasião da verificação *in loco* das atividades executadas dos empregados regidos pela CLT, **haverá obrigatoriedade no pagamento do adicional de periculosidade** no valor de 30% sobre o salário contratual na função analisada, **Fundamentação legal: art. 193 da CLT e Anexo 4, item 1, alíneas “b” e “c” da NR-16.**

### QUADRO RESUMO - PERICULOSIDADE

Hipótese de enquadramento	Servidores Públicos Federais (que ingressam nas áreas de risco identificadas no item 3 deste laudo)		Empregados – CLT (que ingressam nas áreas de risco identificadas no item 3 deste laudo)	
	Sim	Não	Sim	Não
Explosivos	X	-	X	-
Inflamáveis	X	-	X (limpeza)	-
Segurança Pessoal ou Patrimonial	-	X	X	-
Energia Elétrica	-	X	X (manutenção)	-
Atividades em Motocicleta	-	X	-	X
Radiações Ionizantes	-	X	-	X



## 6. ENCERRAMENTO

Diante de todo o exposto, e de toda a análise técnica-jurídica empreendida, esta profissional habilitada dá por encerrado o seu mister, com a elaboração do presente laudo, que consta de 28 (vinte e oito) laudas devidamente rubricadas, sendo a última assinada.



**Maricy Nita**

Engenheira de Segurança do Trabalho  
CREA/SP n. 5060062770

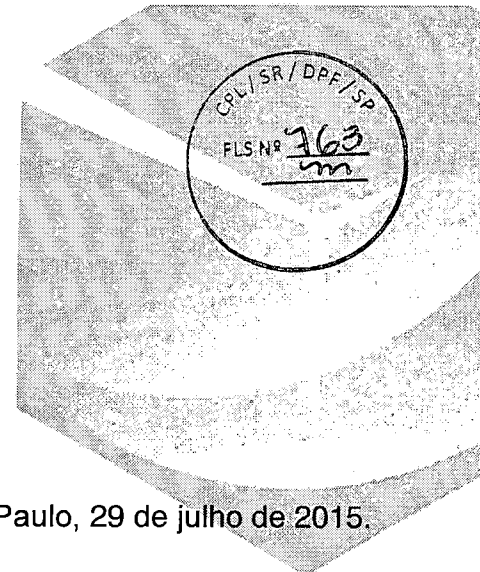




Laudo de Periculosidade

# Complexo Água Branca

EM BRANCO



São Paulo, 29 de julho de 2015.

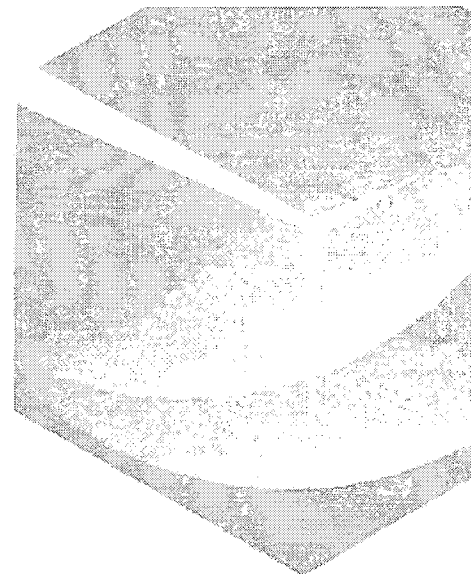
Ao

**MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO**  
CNPJ n. 00.394.494/0040-42

**MARICY NITA**, profissional habilitada, engenheira de segurança do trabalho, inscrita no CREA sob n. 5060062770, em atendimento à solicitação formulada pela empresa em epígrafe, apresentar o seguinte:

### **LAUDO TÉCNICO DE PERICULOSIDADE**

com fundamento no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, regulamentado pela Norma Regulamentadora de Segurança do Trabalho n. 16, editada pela Portaria MTb n. 3.214/78 e respectivas alterações; art. 12, inciso II da Lei n. 8.270/91; ABNT NBR IEC 60079; Norma Regulamentadora n. 19, editada pela Portaria MTb n. 3.214/78 e; ISO 31000:2009.



IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA SOLICITANTE	
<b>Número de Inscrição</b>	<b>Data de Abertura</b>
00.394.494/0040-42	20/081976
<b>Nome Empresarial</b>	
Ministério da Justiça	
<b>Título do Estabelecimento (Nome Fantasia)</b>	
Superintendência Regional do DPF em São Paulo	
<b>Código e Descrição da Atividade Econômica Principal</b>	
84.24-8-00 - Segurança e ordem pública	
<b>Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias</b>	
Não informada	
<b>Código e Descrição da Natureza Jurídica</b>	
101-5 – Órgão Público do Poder Executivo Federal	
<b>Endereço</b>	
Rua Hugo D'Antola, 95 CEP 05038-090, Lapa, São Paulo, SP	
<b>Situação Cadastral</b>	<b>Data da Situação Cadastral</b>
Ativa	27/08/2005
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>
Unidade Complexo Água Branca	Av. Santa Marina, 208, Água Branca, CEP 05036-000, São Paulo, SP

Data da inspeção: 16/07/2015	Horário: 11 às 12hs
Local: Av. Santa Marina, 208, Água Branca, CEP 05036-000, São Paulo, SP	

Acompanhantes da Inspeção	
Nome	Função
Roberto Alves Rosa	Técnico de Segurança do Trabalho
Felipe Manoel	Recepcionista

## 1. INTRODUÇÃO

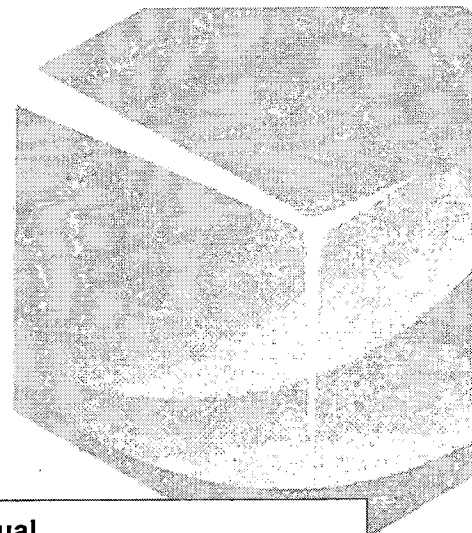
Objetiva o presente laudo a análise técnico-jurídica dos dados obtidos através de levantamento de campo, que possibilite determinar a existência ou não, de atividades ou operações em condições de periculosidade na empresa acima qualificada, com fundamento na Portaria/MTb n. 3.214/78 - NR-16, denominada Atividades e Operações Perigosas, de modo a concluir se há obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade.

Importante esclarecer, de início, que embora os servidores públicos federais sejam estatutários, o art. 12 da Lei n. 8.270/91, obriga a aplicação das mesmas normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, nos casos de apuração de insalubridade e periculosidade, exceto com relação aos percentuais<sup>1</sup>, quais sejam:

<sup>1</sup> Lei n. 8.270, de 17 de dezembro de 1991 - Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.

Art. 12 (...)

§ 1º O adicional de irradiação ionizante será concedido nos percentuais de cinco, dez e vinte por cento, conforme se dispuser em regulamento.



Atividades ou Operações	Percentual	
	Servidores (Estatutários)	Empregados (CLT)
Insalubridade	5% (mínimo), 10% (médio) ou 20% (máximo),	10% (mínimo), 20% (médio) ou 40% (máximo)
Periculosidade	10%	30%

## 2. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO À PERICULOSIDADE

Definição legal de periculosidade Art. 193 da CLT
<p><i>Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da <b>regulamentação</b> aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem <b>risco acentuado</b> em virtude de <b>exposição permanente</b> do trabalhador a:</i></p> <p><i>I - <u>inflamáveis</u>, <u>explosivos</u> ou <u>energia elétrica</u>; II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de <u>segurança pessoal ou patrimonial</u>. (...) § 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em <u>motocicleta</u>. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014)</i></p>

§ 2º A gratificação por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas será calculada com base no percentual de dez por cento.  
§ 3º Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.

### Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

Art. 192 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classificarem nos graus máximo, médio e mínimo.

**RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO.** Após a edição da Súmula Vinculante 4 do STF, até que sobrevenha nova lei dispondo sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade, e não havendo previsão normativa nesse sentido, tal parcela deverá continuar sendo calculada sobre o salário-mínimo nacional. Recurso de revista conhecido e provido. (PROCESSO Nº TST-RR-74200-62.2008.5.15.0128).



Como se observa, o texto legal traz **três pressupostos** para a caracterização da periculosidade, os quais devem ser satisfeitos cumulativamente, sob pena de nulidade do enquadramento, ou seja, na falta de qualquer uma destes, não existirá condição de periculosidade. Vejamos:

1. A **previsão da atividade como perigosa** em lei (art. 193 da CLT), devidamente regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente divididas em seis hipóteses: explosivos, inflamáveis, eletricidade, radiações ionizantes<sup>2</sup>; atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial e, ainda as atividades desenvolvidas por trabalhadores em motocicletas;

2. O **contato permanente** (tempo de exposição) com o agente perigoso. Os critérios contidos na Portaria n. 3.311/89 do Ministério do Trabalho, que define “*Instruções para elaboração de laudos de insalubridade e periculosidade*” continuam sendo utilizados como princípios norteadores em razão da inexistência de legislação vigente que estabeleça normativa para a caracterização do tempo de exposição em permanente (contínuo), eventual ou intermitente, na seguinte conformidade:

Tempo de exposição	Caracterização
Até 30 min/dia	Eventual
entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
Acima de 400 min/dia	Permanente

<sup>2</sup> “A exposição do empregado à radiação ionizante ou à substância radioativa enseja a percepção do adicional de periculosidade, pois a regulamentação ministerial (Portarias do Ministério do Trabalho 3.393, de 17.12.1987, e 518, de 07.04.2003), ao reputar perigosa a atividade, reveste-se de plena eficácia, porquanto expedida por força de delegação legislativa contida no art. 200, caput, e inciso VI, da CLT. No período de 12.12.2002 a 06.04.2003, enquanto vigeu a Portaria 496 do Ministério do Trabalho, o empregado faz jus ao adicional de insalubridade” (DJ 22.06.2005).



Importante esclarecer, que embora art. 193 da CLT disponha sobre a exposição permanente do trabalhador com o agente perigoso, a Súmula 364 do TST garante o direito ao adicional de periculosidade aos trabalhadores que, de forma intermitente, sujeitam-se a condições de risco:

**Súmula nº 364 do TST**

**ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.** EXPOSIÇÃO EVENTUAL, **PERMANENTE E INTERMITENTE** (cancelado o item II e dada nova redação ao item I) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido. (ex-Ojs da SBDI-1 nºs 05 - inserida em 14.03.1994 - e 280 - DJ 11.08.2003)

3. A condição de **risco acentuado**. Para que se possa verificar se determinada atividade/operação implica risco acentuado para o trabalhador, é necessário ao perito /assistente técnico realizar criteriosa análise de risco da atividade, levando-se em conta os fatores de consequência e probabilidade de ocorrência do dano em cada situação.

Para tanto, no presente laudo utilizou-se da técnica de construção de matriz de impacto, considerando-se as variáveis de **probabilidade** (baixa, moderada, alta) e **consequência** (alta, média, baixa), a seguir demonstrada, com base na conceituação trazida pela norma AS/NZS 4360:2004<sup>3</sup>:

<sup>3</sup> Norma australiana / neozelandesa de Gestão de Riscos, substituída pela ISO 31000.





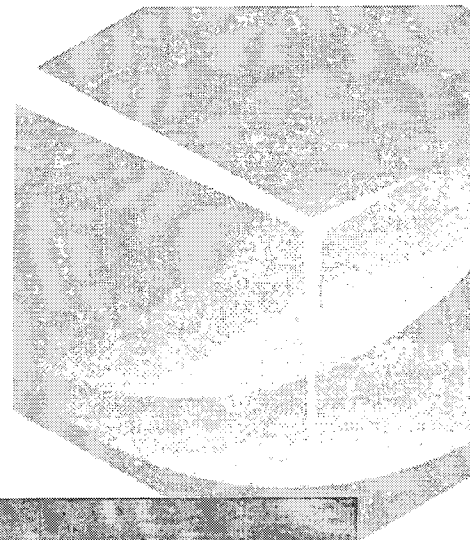
## Risco

*"(...) é a possibilidade de acontecer algo que irá ter um impacto sobre os objetivos. Ele é medido em termos de consequências e probabilidade." (g.n.)*

## Descrição de Risco [ISO 31000:2009]

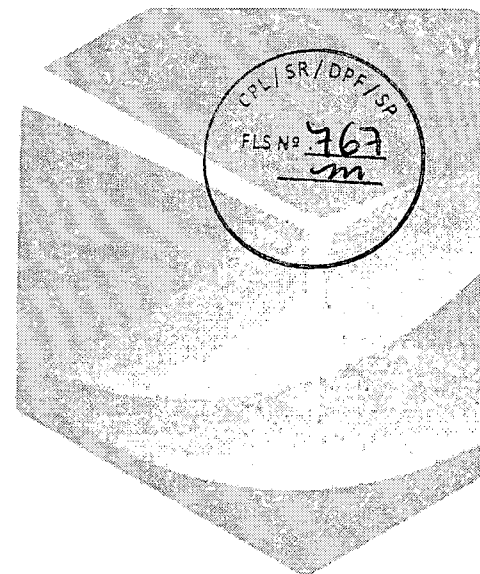


**RISCO = função da probabilidade e gravidade da Consequência**



			Probabilidade		
			Baixa	Moderada	Alta
			Realização de atividades/operações <b>não classificadas como perigosas</b> , somada à existência de medidas de controle/proteção coletivas eficazes e que dificultam significativamente a ocorrência de acidentes	Realização de atividades/operações classificadas como perigosas, mas as <b>medidas de controle/proteção coletivas existentes</b> podem impedir a ocorrência de acidentes	Realização de atividades/operações classificadas como perigosas, somada a <b>insuficiência de medidas de controle/proteção coletivas</b>
Consequência	Baixa	Acidentes que geram <b>incapacidade temporária</b> ou danos materiais	1	2	3
	Média	Acidentes que geram <b>perda permanente</b> ou danos materiais significativos	2	4	6
	Alta	Acidentes geram <b>incapacidade permanente/fatalidade</b> ou danos materiais de grandes proporções	3	6	9

Gradação do Risco	Classificação da Atividade/Operação
6 e 9	Risco Acentuado
3 e 4	Risco Moderado
1 e 2	Risco Baixo



### 3. PRINCIPAIS ÁREAS DE RISCO IDENTIFICADAS

Na ocasião da inspeção, foram identificadas três salas de armazenamento de materiais diversos: bolas, produtos químicos não inflamáveis – frascos de tetrafluoretano, bombonas de propilenoglicol e 02 tambores de 250 litros com álcool benzílico.

Todos os produtos acima mencionados, consoante consta nas devidas Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, não são considerados inflamáveis, em razão do seu ponto de fulgor:

PRODUTO	PONTO DE FULGOR*	INFLAMÁVEL
Tetrafluoretano	NA	Não
Propilenoglicol	103 °C	Não
Álcool benzílico	96 °C	Não

\* A definição de ponto de fulgor encontra-se no item 20.3.1 da Norma Regulamentadora n. 20, que assim dispõe: **Líquidos inflamáveis: são líquidos que possuem ponto de fulgor  $\leq 60$  ° C.**

Fonte de informações quanto ao ponto de fulgor dos agentes citados:

<[http://www.emfal.com.br/alcool/\\_ArquivoProdutos/59357.pdf](http://www.emfal.com.br/alcool/_ArquivoProdutos/59357.pdf)>. Acesso em 29/07/2015.

<[http://www.brenntagla.com/pt/downloads/brochures/FISPQ\\_-\\_MSDS\\_HOJA\\_DE\\_SEGURIDAD/A/Alcool\\_Benzilico.pdf](http://www.brenntagla.com/pt/downloads/brochures/FISPQ_-_MSDS_HOJA_DE_SEGURIDAD/A/Alcool_Benzilico.pdf)>. Acesso em 29/07/2015.



#### 4. ATIVIDADES ABRANGIDAS PELO PRESENTE LAUDO E DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

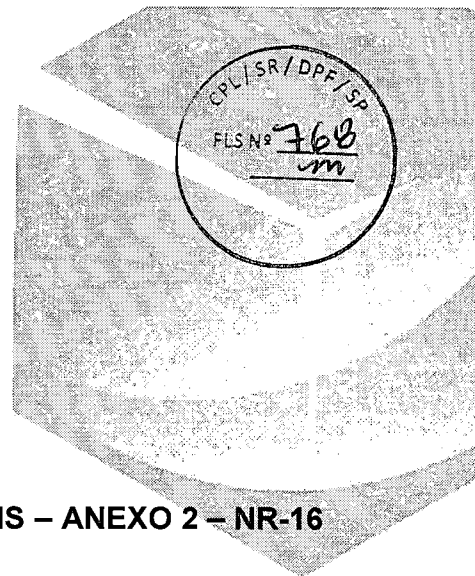
Importante esclarecer que todas as avaliações e respectivos resultados obtidos quando do presente laudo, se aplicam aos Servidores Públicos Federais (agentes administrativos), bem como aos empregados regidos pela CLT (recepcionista, limpeza e segurança patrimonial).

Funções	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO <sup>4</sup>
<b>Servidor Público Federal (Agente Administrativo)</b>	Realizar atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada em grau de maior complexidade, referentes a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração pública, de pessoal, material, orçamento, organização e métodos.
<b>Trabalhadores da Recepção</b>	Recepcionar e prestar serviços de apoio a visitantes; averiguar suas necessidades e dirigi-los aos lugares ou as pessoas procuradas; prestar atendimento telefônico e fornecer informações; observar normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos visitantes e notificando seguranças sobre presenças estranhas.
<b>Trabalhadores da área de Vigilância Patrimonial</b>	Fiscalizar a guarda do patrimônio e exercer a observação do estabelecimento, percorrendo-o sistematicamente e inspecionando suas dependências; prevenir perdas, evitar incêndios e acidentes, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlar fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados.
<b>Trabalhadores da área de Limpeza</b>	Executar serviços de limpeza, conservando vidros e fachadas, limpando recintos e acessórios, seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

<sup>4</sup> Informações obtidas no site da Polícia Federal < <http://www.dpf.gov.br/institucional/concursos/caracteristicas-dos-cargos/carreira-policial/requisitos-e-atribuicoes-dos-cargos-da-carreira-policial-federal>>. Acesso em 27/08/2015.

#### 5. RESULTADOS OBTIDOS

Confrontando-se os dados coletados na ocasião do levantamento de campo, com os pressupostos necessários para a caracterização da periculosidade, acima demonstrados, foi possível alcançar os seguintes resultados, abaixo apresentados:



## 5.1 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR INFLAMÁVEIS – ANEXO 2 – NR-16

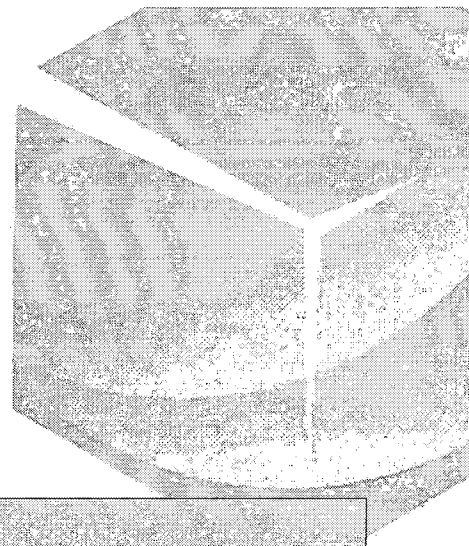
Na ocasião da perícia, não foram identificadas áreas de risco, não havendo enquadramento legal para as atividades analisadas, em razão da ausência de armazenamento de material explosivo e/ou inflamável no estabelecimento, acima dos limites e na forma especificada na Norma Regulamentadora n. 16 do Ministério do Trabalho e Emprego. Vejamos:

A existência de grande quantidade de veículos apreendidos, distribuídos ao longo de nove galpões, cujos tanques possuem líquidos inflamáveis (gasolina e/ou etanol), não permite classificar estes galpões como área de risco, haja vista que o item 16.6.1 da NR-16, dispõe que *“As quantidades de inflamáveis, contidas nos tanques de consumo próprio dos veículos, não serão consideradas para efeito desta Norma”*.

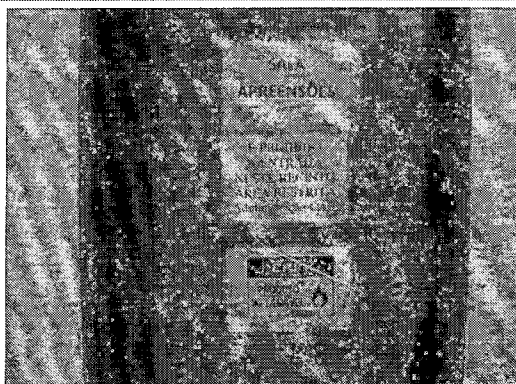
Ademais, importante esclarecer, que embora os registros fotográficos abaixo inseridos, em especial os de número 01 e 07 – sala de apreensões e arquivo DEAIN -, apresentem placas de advertência com os dizeres “Produto inflamável” afixadas na porta de entrada, na ocasião da inspeção, não se verificou armazenamento em quantidade significativa destes produtos. O material existente estava armazenado em frascos de no máximo um litro, lacrados na fabricação, o que também descaracteriza a condição de periculosidade, com amparo no item 4.2 da NR-16, a seguir transcrito:

*4 - Não caracterizam periculosidade, para fins de percepção de adicional:*

*4.2 - o manuseio, a armazenagem e o transporte de recipientes de até cinco litros, lacrados na fabricação, contendo líquidos inflamáveis, independentemente do número total de recipientes manuseados, armazenados ou transportados, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados.*



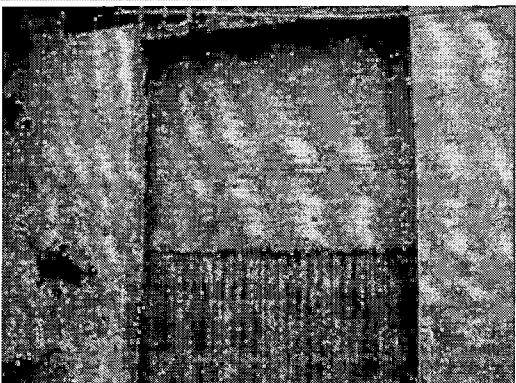
## REGISTROS FOTOGRÁFICOS



**Foto 01** – Sala de apreensões



**Foto 02** – Sala de apreensões



**Fotos 03 e 04** – Sala da Fazenda



**Foto 05** – Sala da Fazenda



**Foto 06** – Galpão com veículos apreendidos



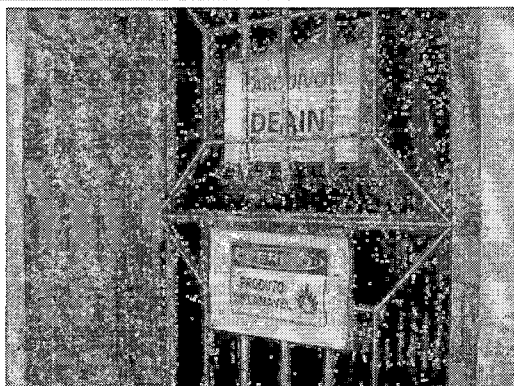
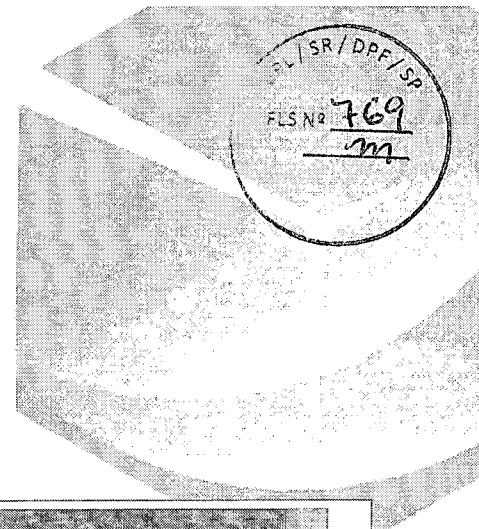


Foto 07 – Arquivo DEAIN

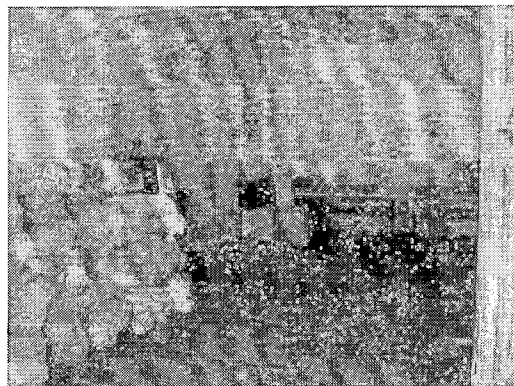


Foto 08 – Arquivo DEAIN

### CONCLUSÃO - INFLAMÁVEIS

Diante da análise técnico-jurídica empreendida, em que foram examinadas as atividades dos empregados regidos pela CLT, se conclui que **NÃO** há preenchimento dos pressupostos inseridos no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o Anexo 2 da Norma regulamentadora n. 16 editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam, a previsão da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, **NÃO existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade para os servidores e empregados regidos pela CLT que laboram nas dependências da Unidade do Complexo da Água Branca.**

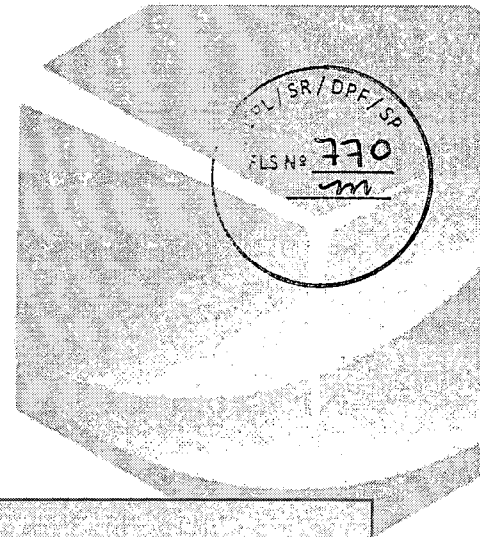


## 5.2 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR EXPOSIÇÃO A ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL – ANEXO 3 - NR-16

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	
A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?	SIM
<b>Fundamentação legal:</b> Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 3, itens 1 e 3, da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
ATIVIDADE	ADICIONAL DE 30%
Vigilância patrimonial	Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas

ATIVIDADES	
QUEM ESTÁ EXPOSTO?	Empregados regidos pela CLT (Segurança Patrimonial)
<b>Descrição da(s) atividades(s):</b> Vide item 4 deste laudo.	

Tempo de exposição		Caracterização
	Até 30 min/dia	Eventual
	entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
x	Acima de 400 min/dia	Permanente



**ANÁLISE DE RISCO**  
ISO 31000:2009

PROBABILIDADE	X	CONSEQUÊNCIA
Alta		Moderada
Gradação do Risco = 6		

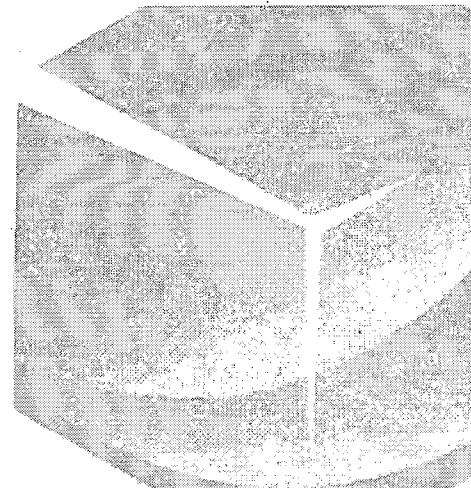
HÁ CONDIÇÃO DE RISCO ACENTUADO?	SIM
---------------------------------	-----

► **OBSERVAÇÕES DO PERITO:**

Na ocasião da perícia, verificou-se a existência de empregados que realizam atividades ou operações de vigilância e segurança patrimonial, estando de acordo com o Anexo 3 da NR-16 c/c com item 2, alínea "a" e quadro do item 3.

**CONCLUSÃO - ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL**

Diante da análise técnico-jurídica empreendida, em que foram examinadas as atividades dos Empregados regidos pela CLT, se conclui que há preenchimento dos pressupostos inseridos no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o Anexo 3 da Norma regulamentadora n. 16 editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam, a previsão da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, **existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 30% sobre o salário contratual.**



QUADRO RESUMO - PERICULOSIDADE				
Hipóteses de enquadramento	Servidores Públicos Federais (que ingressam nas áreas de risco identificadas no item 3 deste laudo)		Empregados – CLT (que ingressam nas áreas de risco identificadas no item 3 deste laudo)	
	Sim	Não	Sim	Não
Explosivos	-	X	-	X
Inflamáveis	-	X	-	X
Segurança Pessoal ou Patrimonial	-	X	X	-
Energia Elétrica	-	X	-	X
Atividades em Motocicleta	-	X	-	X
Radiações Ionizantes	-	X	-	X

## 6. ENCERRAMENTO

Diante de todo o exposto, e de toda a análise técnica-jurídica empreendida, esta profissional habilitada dá por encerrado o seu mister, com a elaboração do presente laudo, que consta de 16 (dezesesseis) laudas devidamente rubricadas, sendo a última assinada.

*Maricy Nita*  
**Maricy Nita**

Engenheira de Segurança do Trabalho  
CREA/SP n. 5060062770



Laudo de Periculosidade

**Unidade Jaguaribe**

EM BRANCO



São Paulo, 16 de julho de 2015.

Ao

**MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO**  
CNPJ n. 00.394.494/0040-42

**MARICY NITA**, profissional habilitada, engenheira de segurança do trabalho, inscrita no CREA sob n. 5060062770, em atendimento à solicitação formulada pela empresa em epígrafe, apresentar o seguinte:

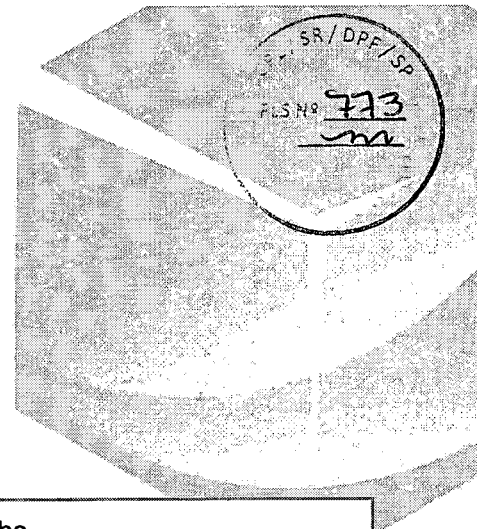
### **LAUDO TÉCNICO DE PERICULOSIDADE**

com fundamento no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, regulamentado pela Norma Regulamentadora de Segurança do Trabalho n. 16, editada pela Portaria MTb n. 3.214/78 e respectivas alterações; art. 12, inciso II da Lei n. 8.270/91; ABNT NBR IEC 60079; Norma Regulamentadora n. 19, editada pela Portaria MTb n. 3.214/78 e; ISO 31000:2009.





IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA SOLICITANTE	
<b>Número de Inscrição</b>	<b>Data de Abertura</b>
00.394.494/0040-42	20/081976
<b>Nome Empresarial</b>	
Ministério da Justiça	
<b>Título do Estabelecimento (Nome Fantasia)</b>	
Superintendência Regional do DPF em São Paulo	
<b>Código e Descrição da Atividade Econômica Principal</b>	
84.24-8-00 - Segurança e ordem pública	
<b>Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias</b>	
Não informada	
<b>Código e Descrição da Natureza Jurídica</b>	
101-5 – Órgão Público do Poder Executivo Federal	
<b>Endereço</b>	
Rua Hugo D'Antola, 95 CEP 05038-090, Lapa, São Paulo, SP	
<b>Situação Cadastral</b>	<b>Data da Situação Cadastral</b>
Ativa	27/08/2005
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>
Unidade Jaguaribe	R. Jaguaribe, 194, Vila Buarque, CEP 01224-000, São Paulo, SP



Data da inspeção: 16/07/2015	Horário: 10 às 11hs
Local: Rua Jaguaribe, 194, Vila Buarque, CEP 01224-000, São Paulo, SP	

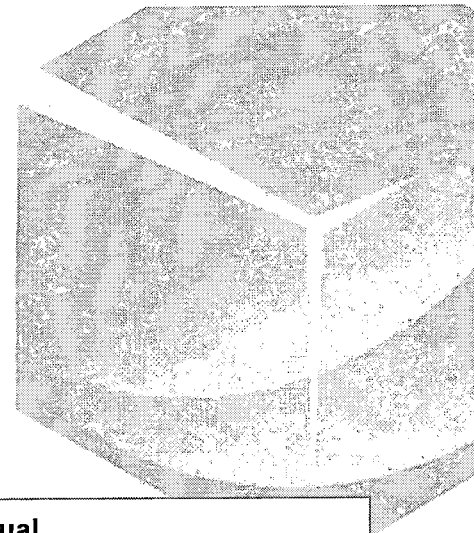
Acompanhantes da Inspeção	
Nome	Função
Eng. Maricy Nita	Eng. de Segurança do Trabalho
Roberto Alves Rosa	Técnico de Segurança do Trabalho
Arnaldo de Sousa	Oficial de Manutenção

## 1. INTRODUÇÃO

Objetiva o presente laudo a análise técnico-jurídica dos dados obtidos através de levantamento de campo, que possibilite determinar a existência ou não, de atividades ou operações em condições de periculosidade na empresa acima qualificada, com fundamento na Portaria/MTb n. 3.214/78 - NR-16, denominada Atividades e Operações Perigosas, de modo a concluir se há obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade.

Importante esclarecer, de início, que embora os servidores públicos federais sejam estatutários, o art. 12 da Lei n. 8.270/91, obriga a aplicação das mesmas normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, nos casos de apuração de insalubridade e periculosidade, exceto com relação aos percentuais<sup>1</sup>, quais sejam:

<sup>1</sup> Lei n. 8.270, de 17 de dezembro de 1991 - Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.  
Art. 12 (...)



Atividades ou Operações	Percentual	
	Servidores (Estatutários)	Empregados (CLT)
Insalubridade	5% (mínimo), 10% (médio) ou 20% (máximo),	10% (mínimo), 20% (médio) ou 40% (máximo)
Periculosidade	10%	30%

## 2. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO À PERICULOSIDADE

Definição legal de periculosidade Art. 193 da CLT
<p><i>Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da <b>regulamentação</b> aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem <b>risco acentuado</b> em virtude de <b>exposição permanente</b> do trabalhador a:</i></p> <p><i>I - <u>inflamáveis, explosivos ou energia elétrica</u>; II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de <u>segurança pessoal ou patrimonial</u>. (...) § 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em <u>motocicleta</u>. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014)</i></p>

§ 1º O adicional de irradiação ionizante será concedido nos percentuais de cinco, dez e vinte por cento, conforme se dispuser em regulamento.

§ 2º A gratificação por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas será calculada com base no percentual de dez por cento.

§ 3º Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.

### Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

Art. 192 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classificarem nos graus máximo, médio e mínimo.

**RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO.** Após a edição da Súmula Vinculante 4 do STF, até que sobrevenha nova lei dispondo sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade, e não havendo previsão normativa nesse sentido, tal parcela deverá continuar sendo calculada sobre o salário-mínimo nacional. Recurso de revista conhecido e provido. (PROCESSO Nº TST-RR-74200-62.2008.5.15.0128).



Como se observa, o texto legal traz **três pressupostos** para a caracterização da periculosidade, os quais devem ser satisfeitos cumulativamente, sob pena de nulidade do enquadramento, ou seja, na falta de qualquer uma destes, não existirá condição de periculosidade. Vejamos:

1.A **previsão da atividade como perigosa** em lei (art. 193 da CLT), devidamente regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente divididas em seis hipóteses: explosivos, inflamáveis, eletricidade, radiações ionizantes<sup>2</sup>; atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial e, ainda as atividades desenvolvidas por trabalhadores em motocicletas;

2.O **contato permanente** (tempo de exposição) com o agente perigoso. Os critérios contidos na Portaria n. 3.311/89 do Ministério do Trabalho, que define “*Instruções para elaboração de laudos de insalubridade e periculosidade*” continuam sendo utilizados como princípios norteadores em razão da inexistência de legislação vigente que estabeleça normativa para a caracterização do tempo de exposição em permanente (contínuo), eventual ou intermitente, na seguinte conformidade:

Tempo de exposição	Caracterização
Até 30 min/dia	Eventual
entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
Acima de 400 min/dia	Permanente

<sup>2</sup> “A exposição do empregado à radiação ionizante ou à substância radioativa enseja a percepção do adicional de periculosidade, pois a regulamentação ministerial (Portarias do Ministério do Trabalho 3.393, de 17.12.1987, e 518, de 07.04.2003), ao reputar perigosa a atividade, reveste-se de plena eficácia, porquanto expedida por força de delegação legislativa contida no art. 200, caput, e inciso VI, da CLT. No período de 12.12.2002 a 06.04.2003, enquanto vigeu a Portaria 496 do Ministério do Trabalho, o empregado faz jus ao adicional de insalubridade” (DJ 22.06.2005).



Importante esclarecer, que embora art. 193 da CLT disponha sobre a exposição permanente do trabalhador com o agente perigoso, a Súmula 364 do TST garante o direito ao adicional de periculosidade aos trabalhadores que, de forma intermitente, sujeitam-se a condições de risco:

**Súmula nº 364 do TST**

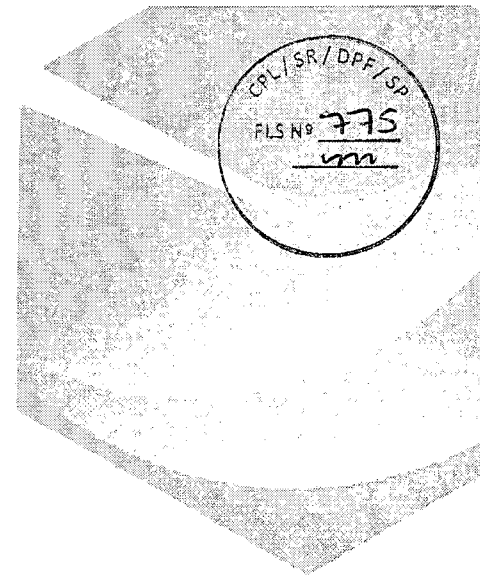
**ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.** EXPOSIÇÃO EVENTUAL, **PERMANENTE E INTERMITENTE** (cancelado o item II e dada nova redação ao item I) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido. (ex-Ojs da SBDI-1 nºs 05 - inserida em 14.03.1994 - e 280 - DJ 11.08.2003)

3. A condição de **risco acentuado**. Para que se possa verificar se determinada atividade/operação implica risco acentuado para o trabalhador, é necessário ao perito /assistente técnico realizar criteriosa análise de risco da atividade, levando-se em conta os fatores de consequência e probabilidade de ocorrência do dano em cada situação.

Para tanto, no presente laudo utilizou-se da técnica de construção de matriz de impacto, considerando-se as variáveis de **probabilidade** (baixa, moderada, alta) e **consequência** (alta, média, baixa), a seguir demonstrada, com base na conceituação trazida pela norma AS/NZS 4360:2004<sup>3</sup>:

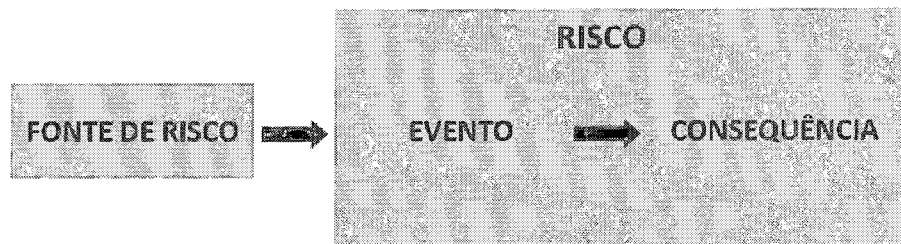
<sup>3</sup> Norma australiana / neozelandesa de Gestão de Riscos, substituída pela ISO 31000.



## Risco

*"(...) é a possibilidade de acontecer algo que irá ter um impacto sobre os objetivos. Ele é medido em termos de consequências e probabilidade." (g.n.)*

### Descrição de Risco [ISO 31000:2009]



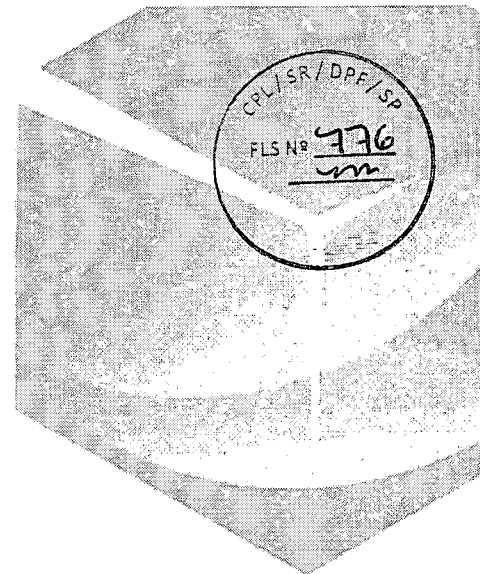
**RISCO = função da probabilidade e gravidade da Consequência**



			Probabilidade		
			Baixa	Moderada	Alta
			Realização de atividades/operações <b>não classificadas como perigosas</b> , somada à existência de medidas de controle/proteção coletivas eficazes e que dificultam significativamente a ocorrência de acidentes	Realização de atividades/operações classificadas como perigosas, mas as <b>medidas de controle/proteção coletivas existentes</b> podem impedir a ocorrência de acidentes	Realização de atividades/operações classificadas como perigosas, somada à <b>insuficiência de medidas de controle/proteção coletivas</b>
Consequência	Baixa	Acidentes que geram <b>incapacidade temporária</b> ou danos materiais	1	2	3
	Média	Acidentes que geram <b>perda permanente</b> ou danos materiais significativos	2	4	5
	Alta	Acidentes geram <b>incapacidade permanente/fatalidade</b> ou danos materiais de grandes proporções	3	6	7

Gradação do Risco	Classificação da Atividade/Operação
6 e 7	Risco Acentuado
3 e 4	Risco Moderado
1 e 2	Risco Baixo





### 3. PRINCIPAIS ÁREAS DE RISCO IDENTIFICADAS<sup>4</sup>

SETOR	DESCRIÇÃO DO LOCAL	AGENTE PERICULOSO	QTD. ARMAZENADA (APROX.) <sup>5</sup>
<b>Cabine de Energia (Subsolo)</b>	Área construída em alvenaria, com pé direito aproximado de 3 m, cobertura em laje, piso cimentado, iluminação natural inexistente e artificial por meio de lâmpadas fluorescentes, ventilação natural e artificial inexistente.	Energia Elétrica	Baixa Tensão
<b>Núcleo de operações (5º andar)</b>	Área construída em alvenaria, com pé direito aproximado de 3 m, cobertura em laje, piso cerâmico, iluminação natural inexistente e artificial por meio de lâmpadas fluorescentes, ventilação natural por meio de janelas e artificial inexistente.	Explosivos	Aproximadamente 100 caixas com 50 munições cada. Peso unitário 6,15 g. (100 x 50 x 6,15 = 30.750g / 30,75 kg de explosivos. <sup>6</sup>

<sup>4</sup> Vide item 5 deste laudo para registros fotográficos das áreas de risco acima identificadas.

<sup>5</sup> Quantidade aproximada calculada com base em consulta no site da Companhia Brasileira de Cartuchos <<http://www.cbc.com.br/municoes-para-pistolas-subcat-1.html>> para munições “.380 Auto”, cujo peso unitário do projétil é de 6,15 gramas. Acesso em 27/08/2015.

<sup>6</sup> Informações sobre a quantidade de munição armazenada fornecida pelo servidor responsável pelo setor.

### 4. ATIVIDADES ABRANGIDAS PELO PRESENTE LAUDO E DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

Importante esclarecer que todas as avaliações e respectivos resultados obtidos quando do presente laudo, se aplicam aos Servidores Públicos Federais (delegados, agentes de polícia, peritos, escrivães, papiloscopistas e agentes administrativos) e empregados regidos pela CLT (trabalhadores das áreas de limpeza, vigilância patrimonial, manutenção e recepção).

Funções	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO <sup>7</sup>
<b>Servidor Público Federal (Delegado)</b>	Instaurar e presidir procedimentos policiais de investigação, orientar e comandar a execução de investigações relacionadas com a prevenção e repressão de ilícitos penais, participar do planejamento de operações de segurança e investigações, supervisionar e executar missões de caráter sigiloso, participar da execução das medidas de segurança orgânica, bem como desempenhar outras atividades, semelhantes ou destinadas a apoiar o Órgão na consecução dos seus fins.
<b>Servidor Público Federal (Perito Criminal)</b>	Realizar exames periciais em locais de infração penal, realizar exames em instrumentos utilizados, ou presumivelmente utilizados, na prática de infrações penais, proceder pesquisas de interesse do serviço, coletar dados e informações necessários à complementação dos exames periciais, participar da execução das medidas de segurança orgânica e zelar pelo cumprimento das mesmas, desempenhar outras atividades que visem apoiar técnica e administrativamente as metas da Instituição Policial, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
<b>Servidor Público Federal (Escrivão)</b>	Dar cumprimento às formalidades processuais, lavrar termos, autos e mandados, observando os prazos necessários ao preparo, à ulatimação e à remessa de procedimentos policiais de investigação; acompanhar a autoridade policial, sempre que determinado, em diligências policiais, dirigir veículos policiais; cumprir medidas de segurança orgânica; atuar nos procedimentos policiais de investigação; desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
<b>Servidor Público Federal (Agente de Polícia)</b>	Executar investigações e operações policiais na prevenção e na repressão a ilícitos penais, dirigir veículos policiais, cumprir medidas de segurança orgânica, desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas. Efetuar também, apreensões de objetos relacionados à infração penal e armazená-los (entorpecentes, inflamáveis, explosivos, produtos radioativos, tóxicos, armas e munições).
<b>Servidor Público Federal (Papiloscopista)</b>	Executar, orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos papiloscópicos de coleta, análise, classificação, subclassificação, pesquisa, arquivamento e perícias, bem como assistir à autoridade policial e desenvolver estudos na área de papiloscopia, dirigir veículos policiais, cumprir medidas de segurança orgânica, desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
<b>Servidor Público Federal (Agente Administrativo)</b>	Realizar atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada em grau de maior complexidade, referentes a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração pública, de pessoal, material, orçamento, organização e métodos.
<b>Trabalhadores das áreas de Manutenção</b>	Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Realizar manutenção em componentes e equipamentos; planejar atividades de manutenção; avaliar condições de funcionamento e desempenho de componentes de máquinas e equipamentos. Planejar serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica e realizar manutenções preventiva, preditiva e corretiva. Instalar sistemas e componentes eletroeletrônicos e realizar medições e testes.
<b>Trabalhadores da Recepção</b>	Recepcionar e prestar serviços de apoio a visitantes; averiguar suas necessidades e dirigi-los aos lugares ou as pessoas procuradas; prestar atendimento telefônico e fornecer informações; observar normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos visitantes e notificando seguranças sobre presenças estranhas.
<b>Trabalhadores da área de Vigilância Patrimonial</b>	Fiscalizar a guarda do patrimônio e exercer a observação do estabelecimento, percorrendo-o sistematicamente e inspecionando suas dependências; prevenir perdas, evitar incêndios e acidentes, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlar fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados.
<b>Trabalhadores da área de Limpeza</b>	Executar serviços de limpeza, conservando vidros e fachadas, limpando recintos e acessórios, seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

<sup>7</sup> Informações obtidas no site da Polícia Federal < <http://www.dpf.gov.br/institucional/concursos/caracteristicas-dos-cargos/carreira-policial/requisitos-e-atribuicoes-dos-cargos-da-carreira-policial-federal>>. Acesso em 27/08/2015.

## 5. RESULTADOS OBTIDOS

Confrontando-se os dados coletados na ocasião do levantamento de campo, com os pressupostos necessários para a caracterização da



periculosidade, acima demonstrados, foi possível alcançar os seguintes resultados, abaixo apresentados:

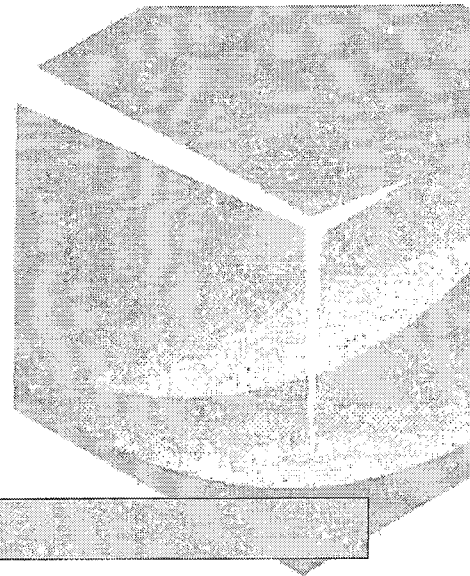
### 5.1 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR EXPLOSIVOS – ANEXO 1 - NR-16

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	
A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?	SIM
<b>Fundamentação legal:</b> Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 1, item 1, alínea "a" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
ATIVIDADE	ADICIONAL DE 30%*
a. no armazenamento de explosivos.	Todos os trabalhadores nessa atividade ou que permaneçam na área de risco

\* 10% para servidores públicos federais nos termos do art. 12 da Lei n. 8.270/91, conforme consta no item 1 do presente laudo.

CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE RISCO	
Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 1, item 3, alínea "a" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.  a) Nos locais de armazenagem de pólvoras químicas, artificios pirotécnicos e produtos químicos usados na fabricação de misturas explosivas ou de fogos de artifício, a área compreendida no Quadro n.º 2:	
QUANTIDADE ARMAZENADA EM QUILO	FAIXA DE TERRENO ATÉ A DISTÂNCIA MÁXIMA DE
até 4.500	45 metros

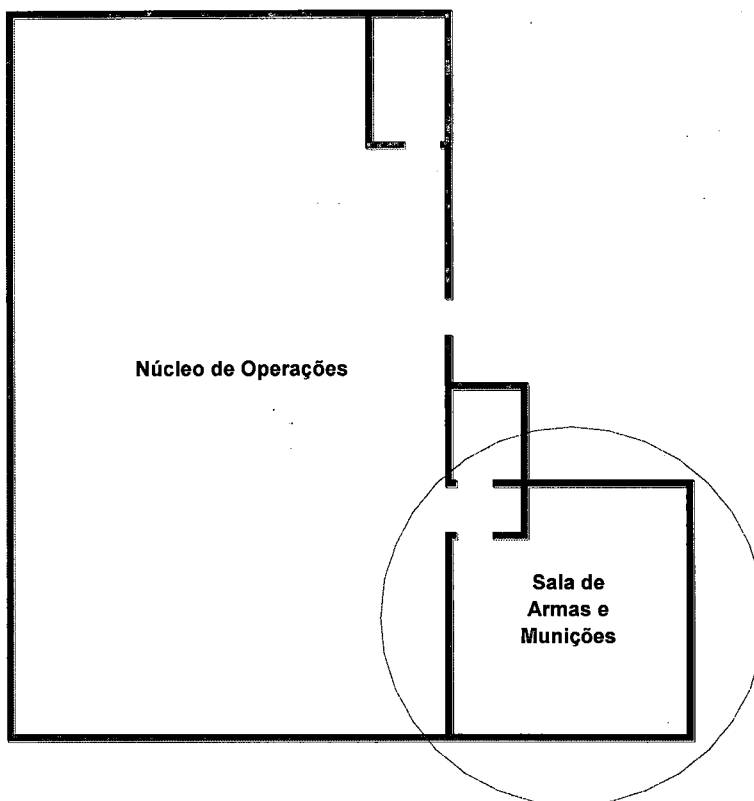
LOCAIS DE ARMAZENAMENTO – ÁREAS DE RISCO
Núcleo de operações (5º andar)



## REGISTROS FOTOGRÁFICOS

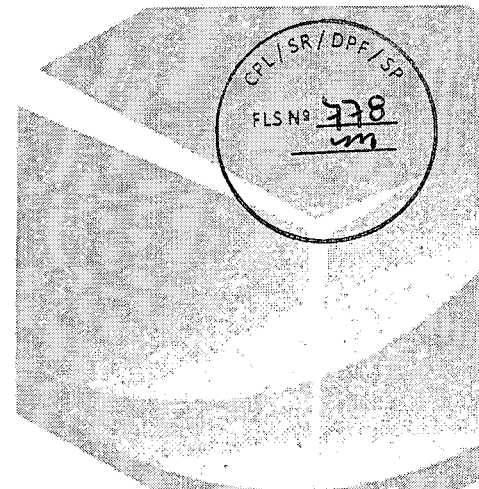
Não foi permitido o registro fotográfico da área interna deste setor, por questões de sigilo.

## CROQUI da Unidade JAGUARIBE



## CONCLUSÃO - EXPLOSIVOS

Diante da análise técnico-jurídica empreendida, em que foram examinadas as atividades dos Servidores Públicos Federais, se conclui que há caracterização da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco

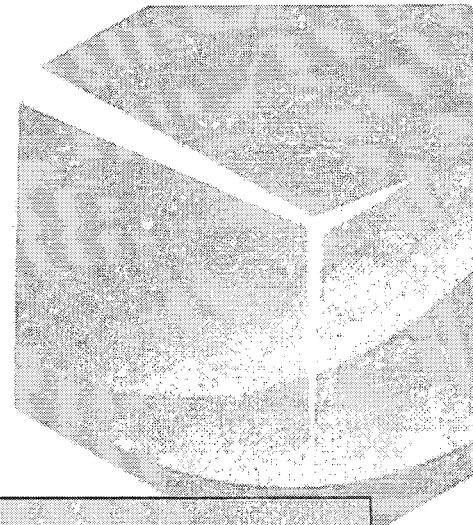


acentuado e, portanto, existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 10% sobre o salário contratual, de acordo com o art. 12, inciso II da Lei 8.270 de 17/12/1991.

No tocante aos empregados regidos pela CLT, também se conclui que há preenchimento dos pressupostos inseridos no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o Anexo 1 da Norma regulamentadora n. 16 editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam, a previsão da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 30% sobre o salário contratual para todos os que laboram nas dependências da Unidade Jaguaribe.

## 5.2 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR EXPOSIÇÃO A ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL – ANEXO 3 - NR-16

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	
A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?	SIM
<b>Fundamentação legal:</b> Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 3, itens 1 e 3, da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
ATIVIDADE	ADICIONAL DE 30%
Vigilância patrimonial	Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas



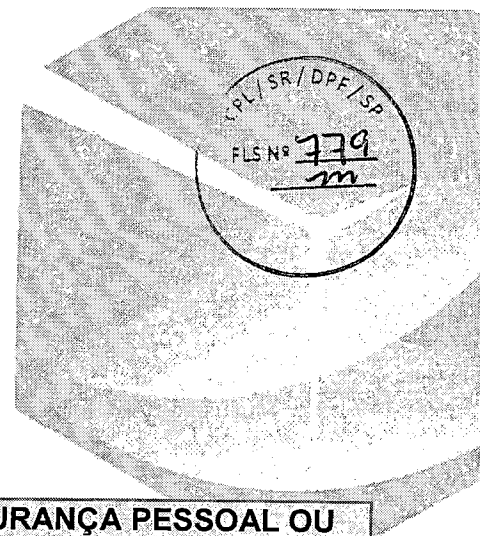
ATIVIDADES	
<b>QUEM ESTÁ EXPOSTO?</b>	<b>Empregados regidos pela CLT (Segurança Patrimonial)</b>
<b>Descrição da(s) atividades(s):</b> Vide item 4 deste laudo.	

Tempo de exposição		Caracterização
	Até 30 min/dia	Eventual
	entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
x	Acima de 400 min/dia	Permanente

<b>ANÁLISE DE RISCO</b> ISO 31000:2009
---

<b>PROBABILIDADE</b>	<b>X</b>	<b>CONSEQUÊNCIA</b>
Alta		Moderada
Gradação do Risco = 6		

<b>HÁ CONDIÇÃO DE RISCO ACENTUADO?</b>	<b>SIM</b>
<b>► OBSERVAÇÕES DO PERITO:</b>  Na ocasião da perícia, verificou-se a existência de empregados que realizam atividades ou operações de vigilância e segurança patrimonial, estando de acordo com o Anexo 3 da NR-16 c/c com item 2, alínea "a" e quadro do item 3.	



## CONCLUSÃO - ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL

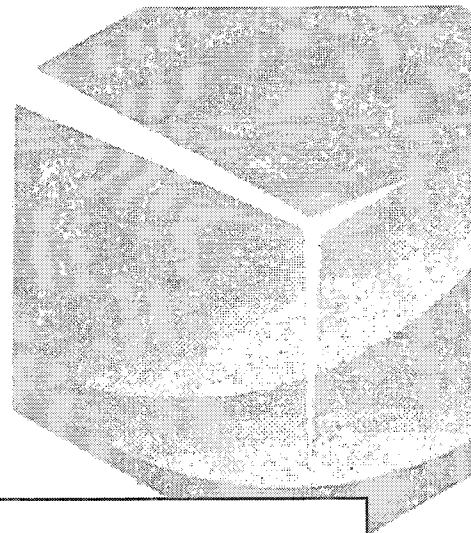
Diante da análise técnico-jurídica empreendida, em que foram examinadas as atividades dos Empregados regidos pela CLT, se conclui que há preenchimento dos pressupostos inseridos no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o Anexo 3 da Norma regulamentadora n. 16 editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam, a previsão da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, **existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 30% sobre o salário contratual.**

### 5.3 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR INFLAMÁVEIS – ANEXO 2 – NR-16

Na ocasião da perícia, não foram identificadas áreas de armazenamento de material inflamável no estabelecimento, **acima dos limites e na forma especificada na Norma Regulamentadora n. 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.**

Em que pese a existência de tanque de óleo diesel para alimentação do gerador de energia elétrica, localizado no subsolo, tal situação não caracteriza condição de periculosidade para todos os que laboram na edificação, haja vista que a área de risco a ser considerada é somente a área interna da bacia de segurança do tanque, nos termos no item





CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE RISCO	
Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 2, item 3, alínea "d" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
ATIVIDADE	ÁREA DE RISCO
d. Tanques de inflamáveis líquidos	Toda a bacia de segurança.

**CONCLUSÃO - INFLAMÁVEIS**

Diante da análise técnico-jurídica empreendida, em que foram examinadas as atividades dos empregados regidos pela CLT, se conclui que **NÃO** há preenchimento dos pressupostos inseridos no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o Anexo 2 da Norma regulamentadora n. 16 editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam, a previsão da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, **NÃO existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade para os servidores e empregados regidos pela CLT que laboram nas dependências da DPF – Jaguaribe.**

**5.4 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR ENERGIA ELÉTRICA – ANEXO 4 – NR-16**

Inicialmente, importante ressaltar que, com o advento da lei n. 12.740 de 08 de dezembro de 2012, regulamentada pela Portaria MTE n. 1.078 de 16



de julho de 2014<sup>4</sup>, foi estendida a garantia de adicional de periculosidade para os empregados que exercem atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos além do Sistema Elétrico de Potência - SEP<sup>5</sup>, na seguinte conformidade:

#### ANEXO 4

(Aprovado pela Portaria MTE n.º 1.078, de 16 de julho de 2014)  
ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

1. Têm direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores:

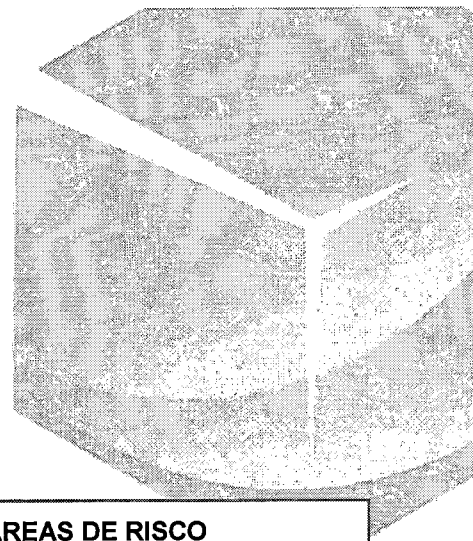
- a) que executam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos **energizados em alta tensão**;
- b) que realizam atividades ou operações com **trabalho em proximidade**, conforme estabelece a NR-10;
- c) que realizam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos **energizados em baixa tensão no sistema elétrico de consumo - SEC**, no caso de descumprimento do item 10.2.8 e seus subitens da NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- d) das empresas que operam em instalações ou equipamentos integrantes do **sistema elétrico de potência - SEP**, bem como suas contratadas, em conformidade com as atividades e respectivas áreas de risco descritas no quadro I deste anexo.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?	SIM
<b>Fundamentação legal:</b> Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 4, item 1, alínea "c", da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	

<sup>4</sup> Anteriormente, o referido adicional era garantido aos empregados por força da Lei n. 7.369 de 20-09-1985, regulamentada pelo Decreto n.º 93.412/86.

<sup>5</sup> **Sistema Elétrico de Potência (SEP)**: conjunto das instalações e equipamentos destinados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica até a medição, inclusive.



**LOCAIS DE ATIVIDADES COM ENERGIA ELÉTRICA – ÁREAS DE RISCO**

Cabine de Energia (Subsolo)

**REGISTROS FOTOGRÁFICOS**

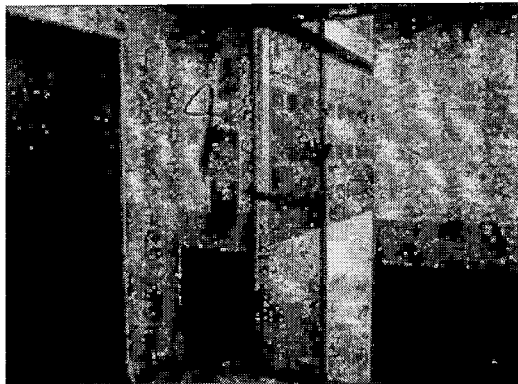


Foto 05 – Cabine de energia



Foto 06 – Cabine de energia

**ATIVIDADES**

**QUEM ESTÁ EXPOSTO?**

Empregados regidos pela CLT, restritos à Manutenção

**Descrição da(s) atividades(s):**

Vide item 4 deste laudo.

Tempo de exposição		Caracterização
	Até 30 min/dia	Eventual
x	entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
	Acima de 400 min/dia	Permanente



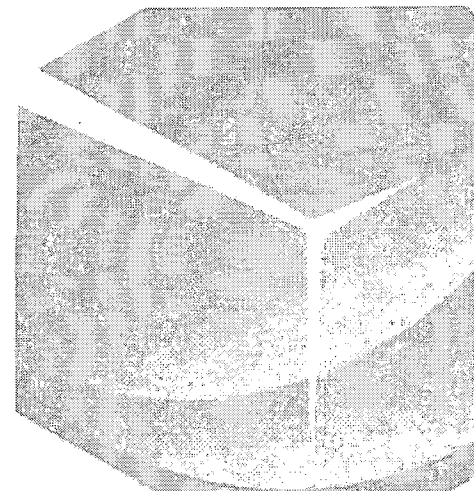
**ANÁLISE DE RISCO**  
ISO 31000:2009

PROBABILIDADE	<b>X</b>	CONSEQUÊNCIA
Moderada		Alta
Gradação do Risco = 9		

HÁ CONDIÇÃO DE RISCO ACENTUADO?	Sim
<p>► <b><u>OBSERVAÇÕES DO PERITO:</u></b></p> <p>Na ocasião da perícia, verificou-se que as atividades são realizadas em baixa tensão, no sistema elétrico de consumo – SEC, entretanto, sem cumprimento do item 10.2.8 e subitens da NR-10, que trata especificamente de medidas de proteção coletiva (isolação das partes vivas, sinalização, sistema de seccionamento automático de alimentação, bloqueio do religamento automático), o que além de caracterizar hipótese de enquadramento da atividade como perigosa, constitui situação de risco acentuado.</p>	

**CONCLUSÃO - ELETRICIDADE**

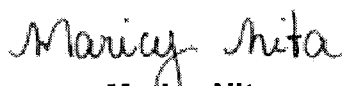
Diante da análise técnico-jurídica empreendida, somada às informações obtidas na ocasião da verificação *in loco* das atividades executadas dos empregados regidos pela CLT, **haverá obrigatoriedade no pagamento do adicional de periculosidade** no valor de 30% sobre o salário contratual na função analisada, **Fundamentação legal: art. 193 da CLT e Anexo 4, item 1, alínea “c” da NR-16.**



QUADRO RESUMO - PERICULOSIDADE				
Hipóteses de enquadramento	Servidores Públicos Federais (que ingressam nas áreas de risco identificadas no item 3 deste laudo)		Empregados – CLT (que ingressam nas áreas de risco identificadas no item 3 deste laudo)	
	Sim	Não	Sim	Não
Explosivos	X	-	X	-
Inflamáveis	-	X	-	X
Segurança Pessoal ou Patrimonial	-	X	X	-
Energia Elétrica	-	X	X (manutenção)	-
Atividades em Motocicleta	-	X	-	X
Radiações Ionizantes	-	X	-	X

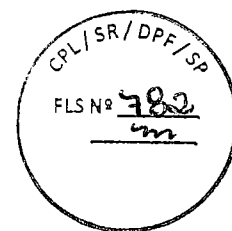
## 6. ENCERRAMENTO

Diante de todo o exposto, e de toda a análise técnica-jurídica empreendida, esta profissional habilitada dá por encerrado o seu mister, com a elaboração do presente laudo, que consta de 20 (vinte) laudas devidamente rubricadas e ao final assinada.



**Maricy Nita**

Engenheira de Segurança do Trabalho  
 CREA/SP n. 5060062770

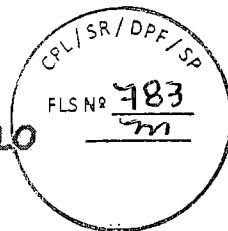
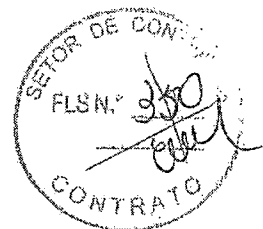
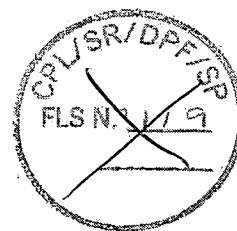
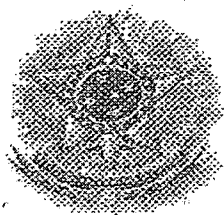


Laudo de Periculosidade

# Delegacia Araçatuba

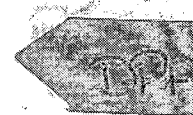
EM BRANCO





**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SUBDELEGACIA DO TRABALHO E EMPREGO DE ARAÇATUBA**  
Av. João Arruda Brasil, 1626 - Araçatuba/SP- CEP 16.050-400 - fone 3623-8677 - fax 3623-5453

## LAUDO TÉCNICO



### LAUDO PERICIAL DE PERICULOSIDADE

Processo nº 46265-000731/2006-49

- Data e hora da perícia : 03-05-2006 , a partir das 9:00 h

#### 1- IDENTIFICAÇÃO

Requerente : Delegacia de Polícia Federal em Araçatuba / SP  
MJ/ Departamento De Polícia Federal  
CNPJ:000.394.494/0040-42 CNAE:75.24-8 GR-2

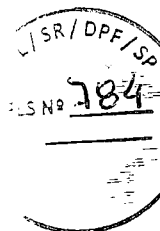
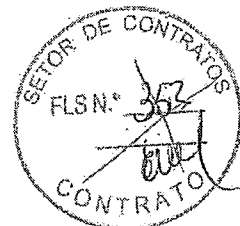
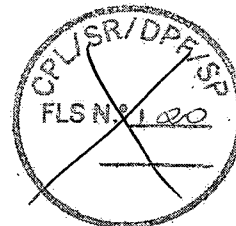
#### 2- IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL PERICIADO

Perícia realizada no edifício da Delegacia de Polícia Federal em Araçatuba/SP , sito à  
AV. Brasília, 2212- Jardim Nova York - CEP 16018-000.

#### 3- DO MODO DA INSPEÇÃO

Fiscalização realizada para atender renovação da avaliação ambiental solicitada , conferiu procedimento de levantamento e conclusão de processo anterior 46265.001316/2005-21 com devida atualização de vistoria ao local , para verificar manutenção das instalações , atualizando o enquadramento conforme requerido no Ofício 050/2006-GAB e Orientação Normativa Nº 04, de 13 de julho de 2005.

EM BRANCO



#### 4- DESCRIÇÃO DO AMBIENTE PERICIADO

##### 4.1- Locais de atividades administrativas e periciais

Prédio amplo com pavimento térreo , e 1º andar com piso frio, iluminação natural e artificial, luz fluorescente, portas de metalon com vidros e vitrôs duplos, ventilação natural e salas com ar condicionado , com atividades administrativas e organização de perícias externas.

- gabinete do delegado subdividido em salas
- setor de cartório
- setor de polícia marítima
- núcleo de inteligência
- secretaria
- núcleo de operação
- setor de garagem, recepção, cozinha, copa e banheiros.

As atividades dos servidores são classificadas sob dois aspectos:

- a) ADMINISTRAÇÃO – atividade meio , comum a todo órgão da administração pública.
- b) PERICIAL – subdividida em externa e interna. Na primeira , os peritos realizam vistorias preventivas de segurança em locais de incêndio , explosões, balística forense e outras. A perícia interna consiste nas análises de laboratório de criminalística , usando substâncias químicas diversas.

##### 4.2-Local de armazenamento de armas e munições

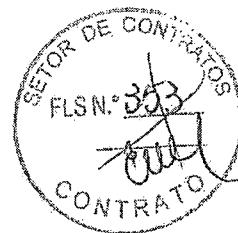
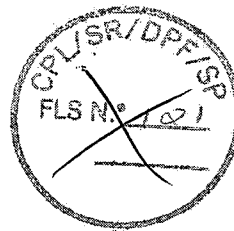
Depósito em piso intermediário, composto de duas salas pequenas, fechadas com portas de madeira e vitrô com risco descrito descritos referido, como agentes mecânicos:

#### AGENTES MECÂNICOS

No depósito de armas e munições, são armazenadas os seguintes tipos de explosivos.

- Cartucho calibre 38 - 450 unidades
- Cartucho calibre 357 - 100 unidades
- Cartucho calibre 9 mm - 400 unidades

EM BRANCO



- Cartucho calibre 12 - 500 unidades
- Cartucho especial - 100 unidades

Armas : 40 espingardas com calibres 28 , 32 e 36 mm e 03 metralhadoras.  
100 revólveres com calibres entre 22, 32 e 38 mm.

Munição apreendida : aprox. 950 cartuchos entre 12 e 38 mm.

Cada um destes cartuchos contém as seguintes quantidades de pólvora:

- cartucho calibre 38 .....0,28 gr
- cartucho calibre 3,57.....0,58 gr
- cartucho calibre 9 mm .....0,32 gr
- cartucho calibre 12 mm .....1,32 gr

A partir destes dados , verificamos que encontram-se armazenados no local cerca de 1,20 Kg de pólvora , podendo aumentar esta quantidade dependendo da necessidade do órgão.

A área de risco para a quantidade armazenada é de 45 metros , em torno dos depósitos de munições.

## 5- ENQUADRAMENTO

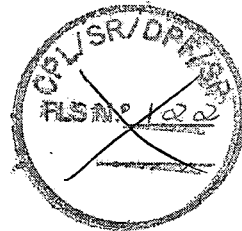
A fiscalização conferiu portanto a constatação do local e do armazenamento referidos no setor de depósito com quantidade que pode variar em função de necessidades do órgão.

Para a quantidade de explosivos armazenados no depósito de munições da Delegacia de Polícia Federal em Araçatuba /SP , a NR- 16 da Portaria 3214/78 do MTE , considera como área de risco a faixa de 45 metros em torno do depósito . Portanto , todos os servidores que exercem suas atividades dentro desta área fazem jus ao adicional de periculosidade nos termos da Lei.

## 6- RECOMENDAÇÕES

6.1- Não usar ou ascender fósforos ou qualquer tipo de material que provoque centelha ou faísca no local de armazenamento de munições.

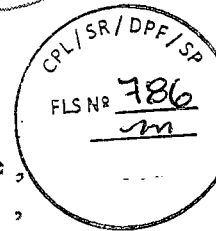
EM BRANCO



6.2- O manuseio de munições somente deverá ser feito por pessoal especializado.

6.3- Uso de EPIs adequados nos ambientes de trabalho.

6.4- Compete a autoridade que conceder adicionais de periculosidade/insalubridade, a adoção de medidas necessárias à redução ou eliminação dos riscos ambientais, bem como a proteção dos respectivos efeitos.



Araçatuba, 03 de maio de 2006.

*Marisa R. Fernandes Fadil*  
Auditor Fiscal do Trabalho  
Engenharia Seg. do Trabalho  
Matr. 0258715 - CIF. 30408-5

*Maria Vanda do Nascimento*  
AUDITOR FISCAL DO TRABALHO  
Matr. 0255820 - CIF 17159



EM BRANCO



Laudo de Periculosidade

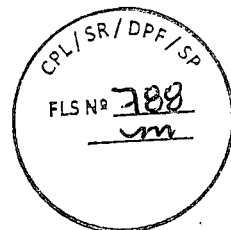
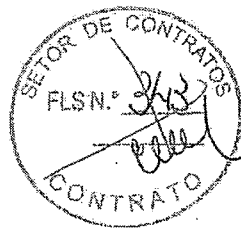
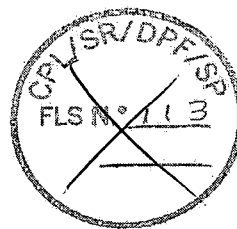
# Delegacia Araraquara

EM BRANCO



**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**SUBDELEGACIA DO TRABALHO DE ARARAQUARA**

AV. ANTONIO LOURENÇO CORREA, 635 – VILA XAVIER – ARARAQUARA/SP



**LAUDO PERICIAL**

**DATA: 04/09/2006**

**1. LOCAL:**

Perícia realizada no edifício da Delegacia de Polícia Federal de Araraquara/SP, situada na Av. Maria Antonia Camargo Oliveira, 3013 – Vila Ferroviária – SP. Trata-se de edifício de dois pavimentos.

**2. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE PERICIADO (TERREO):**

**2.1. NÚCLEO DE CARTÓRIO:**

Localizado no térreo e formado por ampla sala, piso regular de cerâmica e paredes em alvenaria, teto de madeira, janelas de vidro temperado, divisórias em eucatex e iluminação com lâmpadas fluorescentes e ventilação ambiente através de ar-condicionado e natural.

**2.2. PLANTÃO POLICIAL:**

Localizado no térreo, sala com paredes em alvenaria, piso de cerâmica, teto de madeira, iluminação com lâmpadas fluorescentes e ventilação natural.

*(Assinatura manuscrita)*

## 2.3. CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS:

Localizado no térreo, sala com piso regular de cerâmica, teto de madeira, paredes em alvenaria com divisórias de eucatex, ventilação natural e ar-condicionado, janelas de vidro com esquadria de ferro e iluminação com lâmpadas fluorescentes.

## 2.4. SERVIÇO NACIONAL DE ARMAS

Localizado no térreo, sala com piso regular de cerâmica, teto de madeira, paredes em alvenaria com divisórias de eucatex, ventilação natural e ar-condicionado, janelas de vidro com esquadria de ferro e iluminação com lâmpadas fluorescentes.

## 2.5. SETOR DE POLÍCIA MARÍTIMA, AEROPORTUÁRIA DE FRONTEIRA:

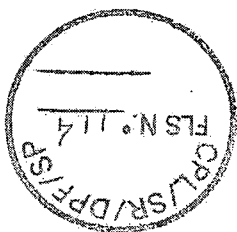
Localizado no térreo, sala com piso regular de cerâmica, teto de madeira, paredes em alvenaria com divisórias de eucatex, ventilação natural e ar-condicionado, janelas de vidro com esquadria de ferro e iluminação com lâmpadas fluorescentes.

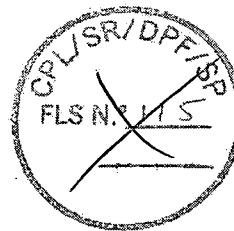
## 2.6. CONTROLE DE VISTORIA

Localizado no térreo, sala com divisórias de eucatex, piso regular em cerâmica, teto de madeira e ventilação com ar-condicionado e natural.

## 2.7. NÚCLEO DE INFORMÁTICA

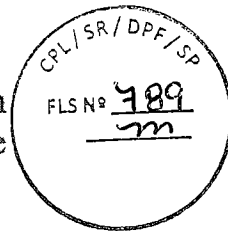
Localizado no térreo, sala com paredes de alvenaria, piso regular, teto em laje e ventilação somente de ar-condicionado e sem iluminação natural.





## 2.8. SALA DE ESTAGIÁRIOS

Localizado no terreo, sala com paredes de alvenaria com divisórias em eucatex, piso regular, teto em madeira e ventilação de ar-condicionado e natural.



## 2.9. COPA

Localizado no terreo, sala com paredes de alvenaria, piso regular, teto em laje e ventilação somente natural.

## 2.10. AUDITÓRIO

Localizado no terreo, sala com paredes de alvenaria com divisórias em eucatex, piso regular, teto em madeira e ventilação de ar-condicionado e natural.

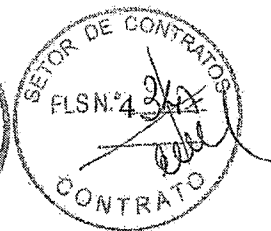
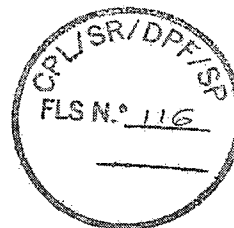
## 3. DESCRIÇÃO DO AMBIENTE PERICIADO (1º PAVIMENTO):

### 3.1. SECRETARIA:

Localizado no primeiro pavimento, sala com paredes de alvenaria, divisória de eucatex, piso em madeira, teto de isopor, iluminação de lâmpadas fluorescentes e ventilação natural e com ar-condicionado.

### 3.2. GABINETE DO DELEGADO CHEFE:

Localizado no primeiro pavimento, sala com paredes em alvenaria e divisória de eucatex, piso de madeira, teto de isopor, iluminação com lâmpadas fluorescentes e janelas de vidro e ventilação ambiente somente por ar-condicionado.



### 3.3. GABINETES 2, 3, 4, 5 e 6:

Localizado no primeiro pavimento, sala com paredes de alvenaria, divisória de eucatex, piso regular de madeira, teto de isopor, iluminação de lâmpadas fluorescentes e ventilação natural e com ar-condicionado.

### 3.4. NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA

Localizado no primeiro pavimento, sala com paredes em alvenaria, piso de madeira, teto de isopor, iluminação com lâmpadas fluorescentes e janelas de vidro e ventilação ambiente natural e por ar-condicionado.

### 3.5. NÚCLEO DE OPERAÇÕES:

Localizado no térreo, com sala de parede de alvenaria, divisória de eucatex, piso de cerâmica, teto de isopor, com ventilação ambiente somente através de ar-condicionado, com armários de aço que acondicionam munições, que serão descritos posteriormente.

### 3.6. ALOJAMENTO

Localizado no primeiro pavimento, sala com paredes de alvenaria, divisória de eucatex, piso regular de madeira, teto de isopor, iluminação de lâmpadas fluorescentes e ventilação natural e com ar-condicionado.

### 3.7. SALA DE ARMAS (PAIOL)

Localizado no primeiro pavimento, sala com paredes em alvenaria, piso regular de cerâmica, teto de laje, iluminação com lâmpadas fluorescentes e janela de vidro com esquadria de ferro com grade e ventilação ambiente natural.



#### 4. ATIVIDADES DOS SERVIDORES:

As atividades dos servidores são classificadas sobre três aspectos:

4.1. ADMINISTRAÇÃO – Atividade comum a todo órgão da administração pública.

4.2. PERICIAL – Subdividida em externo e interno. Na primeira, os peritos realizam vistorias preventivas de segurança em locais de incêndios, explosões, balística forense e outras. A perícia interna consiste nas análises de laboratório de criminalística, usando substâncias químicas diversas.

4.3. POLICIAL – Atividade voltada para o objetivo fim do órgão, podendo ser subdividida sob dois aspectos:

4.3.1. INVESTIGATIVA / OPERACIONAL EXTERNO.

4.3.2. INVESTIGATIVO INTERNO – incluindo aqui as

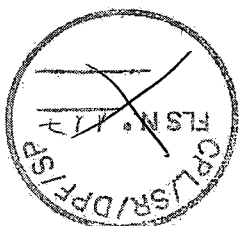
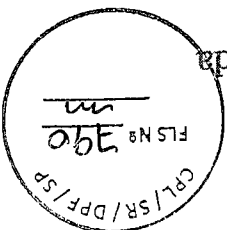
elaborações de inquéritos policiais e afins.

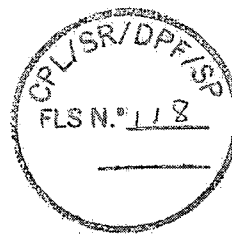
#### 5. RISCOS AMBIENTAIS:

##### 5.1. AGENTES MECÂNICOS;

No setor de operações são armazenados os seguintes tipos de explosivos, no momento da perícia:

Cartucho - Calibre 9 mm	- 2300 Unidades	- 0,32 gramas por unidade.
Cartucho - Calibre 12 mm	- 640 Unidades	- 1,32 gramas por unidade.
Cartucho - Calibre 38	- 415 Unidades	- 2,5 gramas por unidade
Cartucho - Calibre 357	- 150 Unidades	- 3,16 gramas por unidade





Destes dados técnicos verificamos que encontram-se armazenados no local cerca de 3092,3 gr. de pólvora negra, podendo aumentar esta quantidade dependendo das necessidades do órgão.

## 6. ENQUADRAMENTO:

6.1. Para a quantidade de explosivos armazenados no Setor de Operações da Delegacia de Polícia Federal em Araraquara/SP, a NR – 16 da Portaria MTB 3214/78 considera como área de risco a faixa de terreno 45 mts. Em torno do depósito. Portanto, todos os servidores que exercem suas atividades dentro dessa área de risco fazem jus a adicional de periculosidade nos termos da Lei.

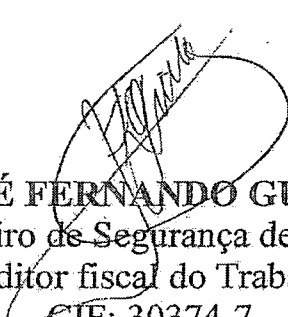
## 7. RECOMENDAÇÕES:

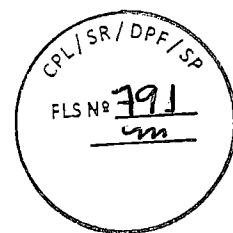
7.1. Não usar ou acender fósforo ou qualquer outro tipo de material que provoque centelhas ou faísca no local de armazenamento das munições.

7.2. Manuseio de munições somente por pessoal especializado.

7.3. Uso de EPLs adequados nos ambientes de trabalho.

7.4. A autoridade que conceder adicional de periculosidade / insalubridade compete à adoção de medidas necessárias à redução ou eliminação dos riscos ambientais bem assim à proteção dos respectivos efeitos conforme preceitua a IN nº 02/89 – SEPLAN/PR, publicada no DOU nº 133 de 14/07/89.

  
**JOSÉ FERNANDO GULLO**  
Engenheiro de Segurança de Trabalho  
Auditor fiscal do Trabalho  
CIF: 30374-7  
SIAPE: 0258479

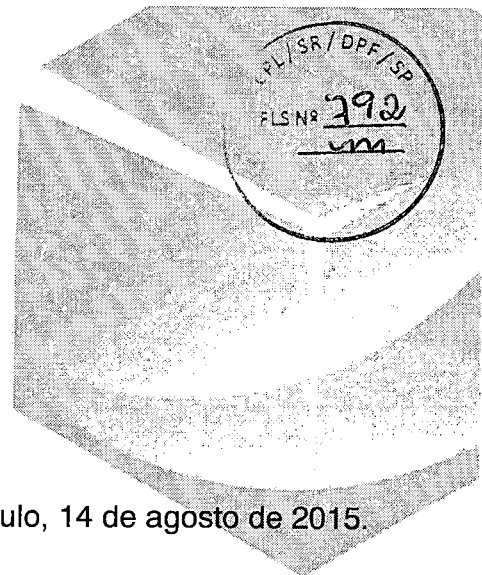
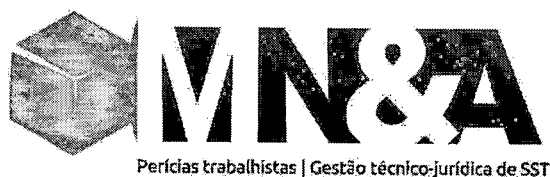


# Laudo de Periculosidade

## Delegacia Bauru

10/03/2011

EM BRANCO



São Paulo, 14 de agosto de 2015.

Ao

**MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – DPF**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO**  
CNPJ n. 00.394.494/0040-42

**MARICY NITA**, profissional habilitada, engenheira de segurança do trabalho, inscrita no CREA sob n. 5060062770, em atendimento à solicitação formulada pela empresa em epígrafe, apresentar o seguinte:

### **LAUDO TÉCNICO DE PERICULOSIDADE**

com fundamento no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, regulamentado pela Norma Regulamentadora de Segurança do Trabalho n. 16, editada pela Portaria MTb n. 3.214/78 e respectivas alterações; art. 12, inciso II da Lei n. 8.270/91; ABNT NBR IEC 60079; Norma Regulamentadora n. 19, editada pela Portaria MTb n. 3.214/78 e; ISO 31000:2009.



IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA SOLICITANTE	
<b>Número de Inscrição</b>	<b>Data de Abertura</b>
00.394.494/0040-42	20/081976
<b>Nome Empresarial</b>	
Ministério da Justiça	
<b>Título do Estabelecimento (Nome Fantasia)</b>	
Superintendência Regional do DPF em São Paulo	
<b>Código e Descrição da Atividade Econômica Principal</b>	
84.24-8-00 - Segurança e ordem pública	
<b>Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias</b>	
Não informada	
<b>Código e Descrição da Natureza Jurídica</b>	
101-5 – Órgão Público do Poder Executivo Federal	
<b>Endereço</b>	
Rua Hugo D'Antola, 95 CEP 05038-090, Lapa, São Paulo, SP	
<b>Situação Cadastral</b>	<b>Data da Situação Cadastral</b>
Ativa	27/08/2005
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>
Delegacia de Polícia Federal Bauru DPF/BRU/SP	Av. Getúlio Vargas, 20-55, Vila Aviação, CEP 17017-383, Bauru, São Paulo, SP

Data da inspeção: 06/08/2015	Horário: 14 às 15hs
Local: Av. Getúlio Vargas, 20-55, Vila Aviação, CEP 17017-383, Bauru, São Paulo, SP	

Acompanhantes da Inspeção	
Nome	Função
Roberto Alves Rosa	Advogado e Técnico de Segurança do Trabalho
Contrera Joaquim Cristovam	Agente de Telecomunicações

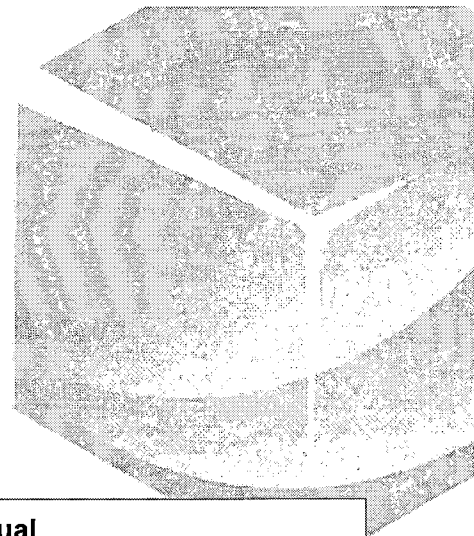
## 1. INTRODUÇÃO

Objetiva o presente laudo a análise técnico-jurídica dos dados obtidos através de levantamento de campo, que possibilite determinar a existência ou não, de atividades ou operações em condições de periculosidade na empresa acima qualificada, com fundamento na Portaria/MTb n. 3.214/78 - NR-16, denominada Atividades e Operações Perigosas, de modo a concluir se há obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade.

Importante esclarecer, de início, que embora os servidores públicos federais sejam estatutários, o art. 12 da Lei n. 8.270/91, obriga a aplicação das mesmas normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, nos casos de apuração de insalubridade e periculosidade, exceto com relação aos percentuais<sup>1</sup>, quais sejam:

<sup>1</sup> Lei n. 8.270, de 17 de dezembro de 1991 - Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.  
Art. 12 (...)





Atividades ou Operações	Percentual	
	Servidores (Estatutários)	Empregados (CLT)
Insalubridade	5% (mínimo), 10% (médio) ou 20% (máximo),	10% (mínimo), 20% (médio) ou 40% (máximo)
Periculosidade	10%	30%

## 2. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO À PERICULOSIDADE

Definição legal de periculosidade Art. 193 da CLT
<p><i>Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da <b>regulamentação</b> aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem <b>risco acentuado</b> em virtude de <b>exposição permanente</b> do trabalhador a:</i></p> <p><i>I - <u>inflamáveis</u>, <u>explosivos</u> ou <u>energia elétrica</u>; II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de <u>segurança pessoal ou patrimonial</u>. (...) § 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em <u>motocicleta</u>. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014)</i></p>

§ 1º O adicional de irradiação ionizante será concedido nos percentuais de cinco, dez e vinte por cento, conforme se dispuser em regulamento.

§ 2º A gratificação por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas será calculada com base no percentual de dez por cento.

§ 3º Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo.

### Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

Art. 192 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

**RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO.** Após a edição da Súmula Vinculante 4 do STF, até que sobrevenha nova lei dispondo sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade, e não havendo previsão normativa nesse sentido, tal parcela deverá continuar sendo calculada sobre o salário-mínimo nacional. Recurso de revista conhecido e provido. (PROCESSO Nº TST-RR-74200-62.2008.5.15.0128).

Como se observa, o texto legal traz **três pressupostos** para a caracterização da periculosidade, os quais devem ser satisfeitos cumulativamente, sob pena de nulidade do enquadramento, ou seja, na falta de qualquer uma destes, não existirá condição de periculosidade. Vejamos:

1.A **previsão da atividade como perigosa** em lei (art. 193 da CLT), devidamente regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente divididas em seis hipóteses: explosivos, inflamáveis, eletricidade, radiações ionizantes<sup>2</sup>; atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial e, ainda as atividades desenvolvidas por trabalhadores em motocicletas;

2.O **contato permanente** (tempo de exposição) com o agente perigoso. Os critérios contidos na Portaria n. 3.311/89 do Ministério do Trabalho, que define “*Instruções para elaboração de laudos de insalubridade e periculosidade*” continuam sendo utilizados como princípios norteadores em razão da inexistência de legislação vigente que estabeleça normativa para a caracterização do tempo de exposição em permanente (contínuo), eventual ou intermitente, na seguinte conformidade:

Tempo de exposição	Caracterização
Até 30 min/dia	Eventual
entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
Acima de 400 min/dia	Permanente

<sup>2</sup> “A exposição do empregado à radiação ionizante ou à substância radioativa enseja a percepção do adicional de periculosidade, pois a regulamentação ministerial (Portarias do Ministério do Trabalho 3.393, de 17.12.1987, e 518, de 07.04.2003), ao reputar perigosa a atividade, reveste-se de plena eficácia, porquanto expedida por força de delegação legislativa contida no art. 200, caput, e inciso VI, da CLT. No período de 12.12.2002 a 06.04.2003, enquanto vigeu a Portaria 496 do Ministério do Trabalho, o empregado faz jus ao adicional de insalubridade” (DJ 22.06.2005).



Importante esclarecer, que embora art. 193 da CLT disponha sobre a exposição permanente do trabalhador com o agente perigoso, a Súmula 364 do TST garante o direito ao adicional de periculosidade aos trabalhadores que, de forma intermitente, sujeitam-se a condições de risco:

**Súmula nº 364 do TST**

**ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.** EXPOSIÇÃO EVENTUAL, **PERMANENTE E INTERMITENTE** (cancelado o item II e dada nova redação ao item I) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido. (ex-Ojs da SBDI-1 nºs 05 - inserida em 14.03.1994 - e 280 - DJ 11.08.2003)

3. A condição de **risco acentuado**. Para que se possa verificar se determinada atividade/operação implica risco acentuado para o trabalhador, é necessário ao perito /assistente técnico realizar criteriosa análise de risco da atividade, levando-se em conta os fatores de consequência e probabilidade de ocorrência do dano em cada situação.

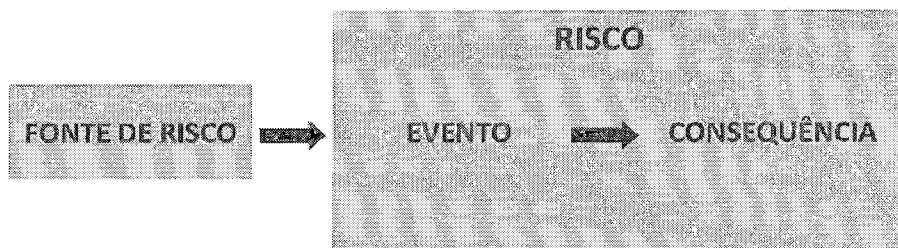
Para tanto, no presente laudo utilizou-se da técnica de construção de matriz de impacto, considerando-se as variáveis de **probabilidade** (baixa, moderada, alta) e **consequência** (alta, média, baixa), a seguir demonstrada, com base na conceituação trazida pela norma AS/NZS 4360:2004<sup>3</sup>:

<sup>3</sup> Norma australiana / neozelandesa de Gestão de Riscos, substituída pela ISO 31000.

## Risco

*"(...) é a possibilidade de acontecer algo que irá ter um impacto sobre os objetivos. Ele é medido em termos de consequências e probabilidade." (g.n.)*

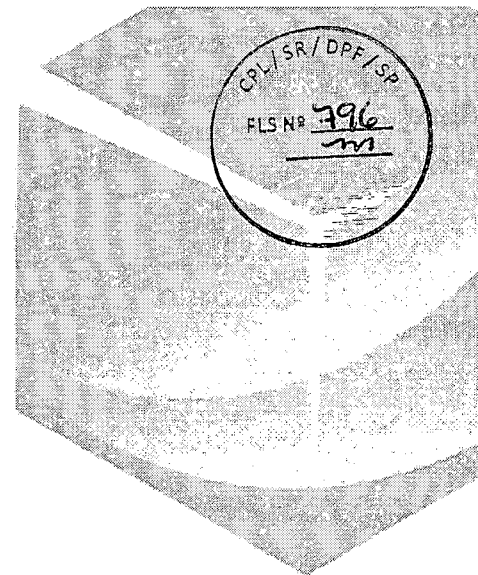
### Descrição de Risco [ISO 31000:2009]



**RISCO = função da probabilidade e gravidade da Consequência**

			Probabilidade		
			Baixa	Moderada	Alta
			Realização de atividades/operações <b>não classificadas como perigosas</b> , somada à existência de medidas de controle/proteção coletivas eficazes e que dificultam significativamente a ocorrência de acidentes	Realização de atividades/operações classificadas como perigosas, mas as <b>medidas de controle/proteção coletivas existentes</b> podem impedir a ocorrência de acidentes	Realização de atividades/operações classificadas como perigosas, somada a <b>insuficiência de medidas de controle/proteção coletivas</b>
Consequência	Baixa	Acidentes que geram <b>incapacidade temporária</b> ou danos materiais	1	2	3
	Média	Acidentes que geram <b>perda permanente</b> ou danos materiais significativos	2	4	6
	Alta	Acidentes geram <b>incapacidade permanente/fatalidade</b> ou danos materiais de grandes proporções	3	6	9

Gradação do Risco	Classificação da Atividade/Operação
6 e 9	Risco Acentuado
3 e 4	Risco Moderado
1 e 2	Risco Baixo



### 3. PRINCIPAIS ÁREAS DE RISCO IDENTIFICADAS<sup>4</sup>

SETOR	DESCRIÇÃO DO LOCAL	AGENTE PERICULOSO	QTD. ARMAZENADA (APROX.) <sup>5</sup>
Depósito de armas	Área construída em alvenaria, com pé direito aproximado de 3 m, cobertura em laje, piso cimentado, iluminação natural inexistente e artificial por meio de lâmpadas fluorescentes, ventilação natural através de portas e artificial inexistente.	Explosivos	2000 cartuchos de munições x 6,15g (peso do projétil) = 12,3 Kg de material explosivo + 5 Kg de pólvora "in natura" <sup>6</sup>

<sup>4</sup> Vide item 5 deste laudo para registros fotográficos das áreas de risco acima identificadas.

<sup>5</sup> Quantidade aproximada calculada com base em consulta no site da Companhia Brasileira de Cartuchos <<http://www.cbc.com.br/municoes-para-pistolas-subcat-1.html>> para munições ".380 Auto", cujo peso unitário do projétil é de 6,15 gramas. Acesso em 27/08/2015.

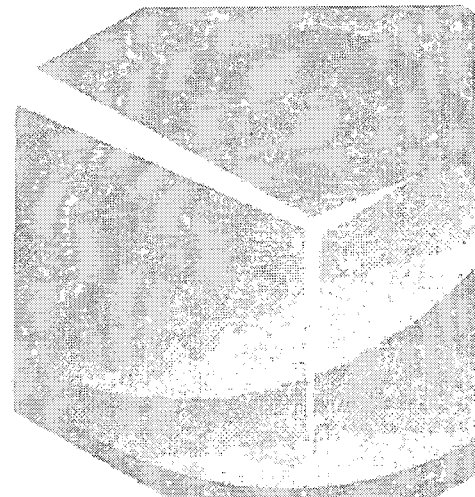
<sup>6</sup> Informações sobre a quantidade de munição armazenada fornecida pelo servidor responsável pelo setor.

### 4. ATIVIDADES ABRANGIDAS PELO PRESENTE LAUDO E DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

Importante esclarecer que todas as avaliações e respectivos resultados obtidos quando do presente laudo, se aplicam aos Servidores Públicos Federais (delegados, agentes de polícia, peritos, escrivães, papiloscopistas e agentes administrativos) e empregados regidos pela CLT (trabalhadores das áreas de limpeza, vigilância patrimonial, manutenção e recepção).

Funções	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO <sup>7</sup>
Servidor Público Federal (Delegado)	Instaurar e presidir procedimentos policiais de investigação, orientar e comandar a execução de investigações relacionadas com a prevenção e repressão de ilícitos penais, participar do planejamento de operações de segurança e investigações, supervisionar e executar missões de caráter sigiloso, participar da execução das medidas de segurança orgânica, bem como desempenhar outras atividades, semelhantes ou destinadas a apoiar o Órgão na consecução dos seus fins.
Servidor Público Federal (Perito Criminal)	Realizar exames periciais em locais de infração penal, realizar exames em instrumentos utilizados, ou presumivelmente utilizados, na prática de infrações penais, proceder pesquisas de interesse do serviço, coletar dados e informações necessários à complementação dos exames periciais, participar da execução das medidas de segurança orgânica e zelar pelo cumprimento das mesmas, desempenhar outras atividades que visem apoiar técnica e administrativamente as metas da Instituição Policial, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.



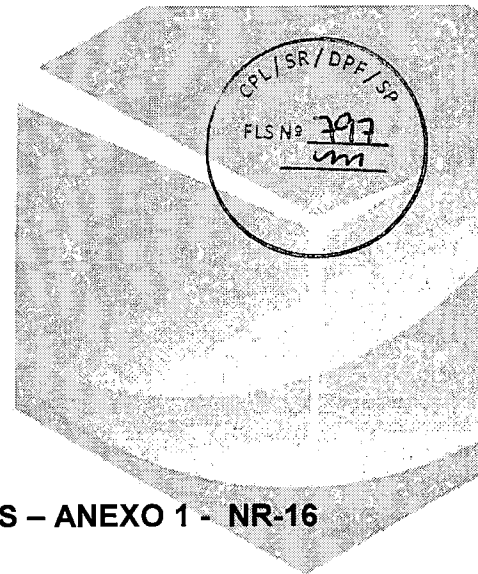


<b>Servidor Público Federal (Escrivão)</b>	Dar cumprimento às formalidades processuais, lavrar termos, autos e mandados, observando os prazos necessários ao preparo, à ulatimação e à remessa de procedimentos policiais de investigação; acompanhar a autoridade policial, sempre que determinado, em diligências policiais, dirigir veículos policiais; cumprir medidas de segurança orgânica; atuar nos procedimentos policiais de investigação; desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
<b>Servidor Público Federal (Agente de Polícia)</b>	Executar investigações e operações policiais na prevenção e na repressão a ilícitos penais, dirigir veículos policiais, cumprir medidas de segurança orgânica, desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas. Efetuar também, apreensões de objetos relacionados à infração penal e armazená-los (entorpecentes, inflamáveis, explosivos, produtos radioativos, tóxicos, armas e munições).
<b>Servidor Público Federal (Papiloscopista)</b>	Executar, orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos papiloscópicos de coleta, análise, classificação, subclassificação, pesquisa, arquivamento e perícias, bem como assistir à autoridade policial e desenvolver estudos na área de papiloscopia, dirigir veículos policiais, cumprir medidas de segurança orgânica, desempenhar outras atividades de natureza policial e administrativa, bem como executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
<b>Servidor Público Federal (Agente Administrativo)</b>	Realizar atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada em grau de maior complexidade, referentes a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração pública, de pessoal, material, orçamento, organização e métodos.
<b>Trabalhadores das áreas de Manutenção</b>	Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Realizar manutenção em componentes e equipamentos; planejar atividades de manutenção; avaliar condições de funcionamento e desempenho de componentes de máquinas e equipamentos. Planejar serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica e realizar manutenções preventiva, preditiva e corretiva. Instalar sistemas e componentes eletroeletrônicos e realizar medições e testes.
<b>Trabalhadores da Recepção</b>	Recepcionar e prestar serviços de apoio a visitantes; averiguar suas necessidades e dirigi-los aos lugares ou as pessoas procuradas; prestar atendimento telefônico e fornecer informações; observar normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos visitantes e notificando seguranças sobre presenças estranhas.
<b>Trabalhadores da área de Vigilância Patrimonial</b>	Fiscalizar a guarda do patrimônio e exercer a observação do estabelecimento, percorrendo-o sistematicamente e inspecionando suas dependências; prevenir perdas, evitar incêndios e acidentes, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlar fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados.
<b>Trabalhadores da área de Limpeza</b>	Executar serviços de limpeza, conservando vidros e fachadas, limpando recintos e acessórios, seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

<sup>7</sup> Informações obtidas no site da Polícia Federal < <http://www.dpf.gov.br/institucional/concursos/caracteristicas-dos-cargos/carreira-policial/requisitos-e-atribuicoes-dos-cargos-da-carreira-policial-federal>>. Acesso em 27/08/2015.

## 5. RESULTADOS OBTIDOS

Confrontando-se os dados coletados na ocasião do levantamento de campo, com os pressupostos necessários para a caracterização da periculosidade, acima demonstrados, foi possível alcançar os seguintes resultados, abaixo apresentados:



## 5.1 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR EXPLOSIVOS – ANEXO 1 - NR-16

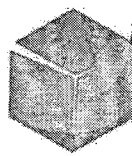
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	
A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?	SIM
<b>Fundamentação legal:</b> Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 1, item 1, alínea "a" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
ATIVIDADE	ADICIONAL DE 30%*
a. no armazenamento de explosivos.	Todos os trabalhadores nessa atividade ou que permaneçam na área de risco

\* 10% para servidores públicos federais nos termos do art. 12 da Lei n. 8.270/91, conforme consta no item 1 do presente laudo.

CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DE RISCO	
Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 1, item 3, alínea "a" da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.  a) Nos locais de armazenagem de pólvoras químicas, artifícios pirotécnicos e produtos químicos usados na fabricação de misturas explosivas ou de fogos de artifício, a área compreendida no Quadro n.º 2:	
QUANTIDADE ARMAZENADA EM QUILO	FAIXA DE TERRENO ATÉ A DISTÂNCIA MÁXIMA DE
até 4.500	45 metros

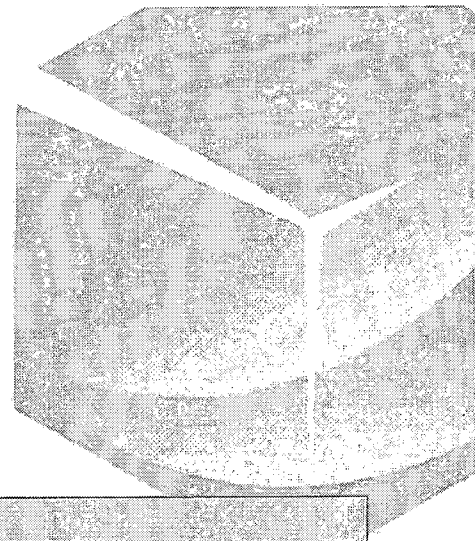
LOCAIS DE ARMAZENAMENTO – ÁREAS DE RISCO
Depósito de armas





# MNE&A

Perícias trabalhistas | Gestão técnico-jurídica de SST



## REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Foto 01 – Sala de armas

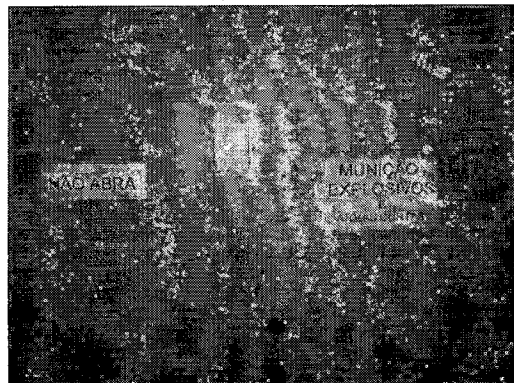


Foto 02 – Depósito de munições

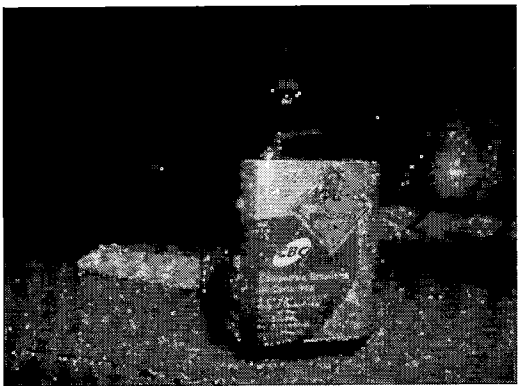


Foto 03 – Pólvora "in natura"



Foto 04 – Cartuchos

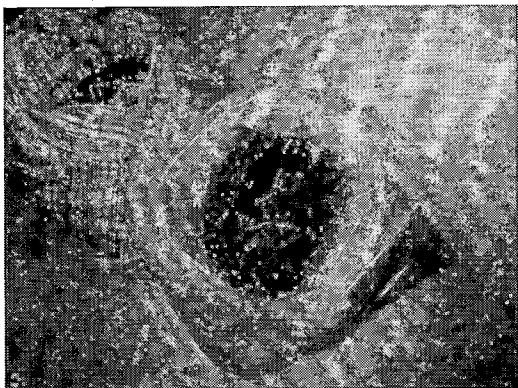


Foto 05 – Cartuchos

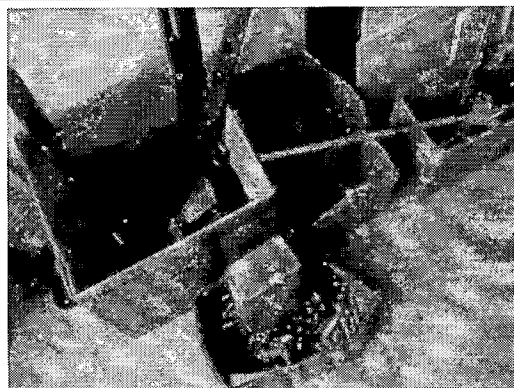
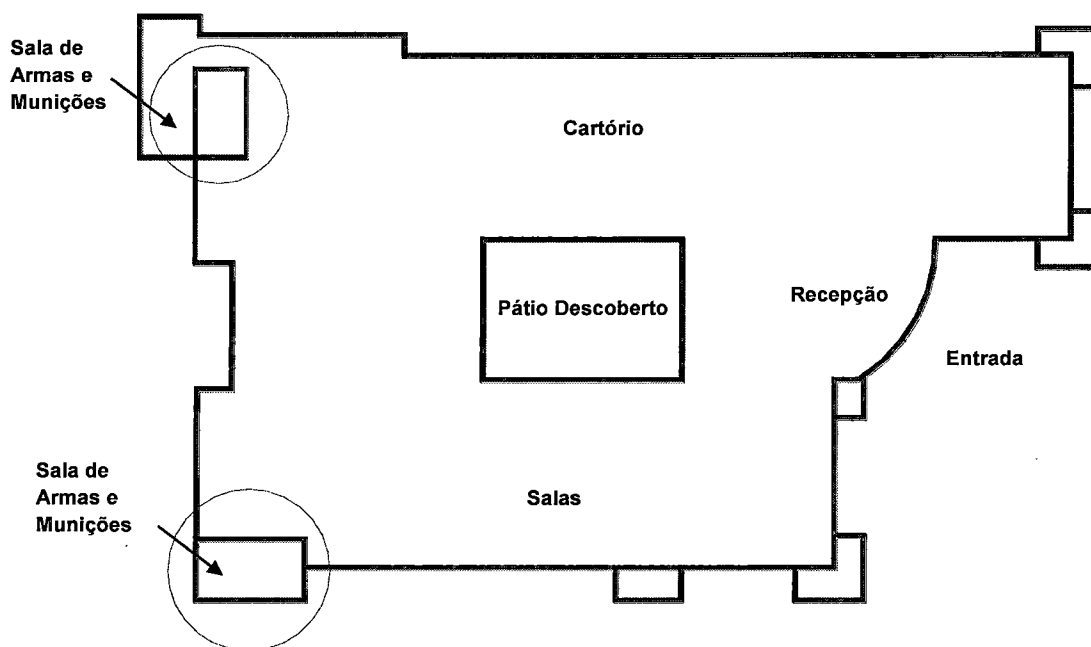


Foto 06 – Cartuchos

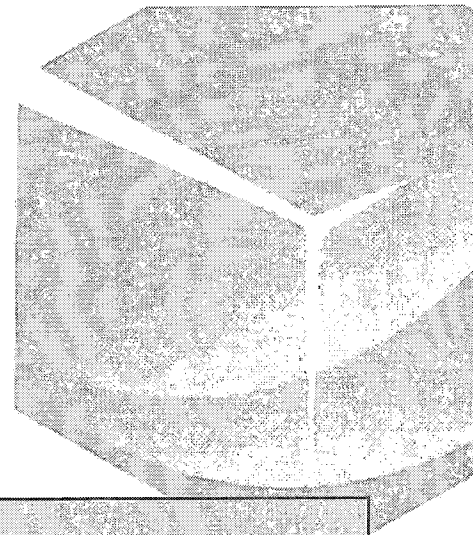
**CROQUI da DPF - BRU**



**ATIVIDADES**

QUEM ESTÁ EXPOSTO?	Todos servidores Públicos Federais e Empregados regidos pela CLT que estão ou circulam dentro do raio de 45m das salas de armas e munições
<b>Descrição da(s) atividades(s):</b> Vide item 4 deste laudo.	

Tempo de exposição		Caracterização
	Até 30 min/dia	Eventual
	entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
x	Acima de 400 min/dia	Permanente



## ANÁLISE DE RISCO ISO 31000:2009

PROBABILIDADE	X	CONSEQUÊNCIA
Alta		Alta
Gradação do Risco = 9		

HÁ CONDIÇÃO DE RISCO ACENTUADO?	SIM
---------------------------------	-----

► **OBSERVAÇÕES DO PERITO:**

Na ocasião da perícia, verificou-se que a **área de armazenamento de explosivos não atende o disposto na Norma Regulamentadora n. 19** editada pela Portaria GM n. 3.214/78, em especial o item 19.3.1 que dispõe acerca dos requisitos mínimos de segurança para a sua construção. Esta situação caracteriza **insuficiência de medidas de controle/proteção coletivas** e, portanto, aumenta a **probabilidade** de ocorrência de sinistros, caracterizada como **"ALTA"**. Some-se a este fato, que também não foi evidenciada a existência de laudo de **classificação de áreas de risco** nos termos da ABNT NBR 60079.

Ademais, o armazenamento é realizado em locais sem ventilação; ultrapassa a ocupação máxima de 60% da área; não observa a altura máxima de empilhamento de 2 m; bem como não é dotada de sinalização externa adequada, o que constitui afronta ao item 19.3.1 da NR-19.

Cumpra salientar, ainda, que o local de armazenamento encontra-se dentro do edifício, onde circulam servidores públicos federais, bem como empregados regidos pela CLT.

## CONCLUSÃO - EXPLOSIVOS

Diante da análise técnico-jurídica empreendida, em que foram examinadas as atividades dos Servidores Públicos Federais, se conclui que há caracterização da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado e, portanto, **existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de**



**periculosidade no valor de 10% sobre o salário contratual, de acordo com o art. 12, inciso II da Lei 8.270 de 17/12/1991.**

No tocante aos empregados regidos pela CLT, também se conclui que há preenchimento dos pressupostos inseridos no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, c/c o Anexo 1 da Norma regulamentadora n. 16 editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, quais sejam, a previsão da atividade como perigosa, o contato permanente e a condição de risco acentuado, e, portanto, **existe a obrigatoriedade de pagamento de adicional de periculosidade no valor de 30% sobre o salário contratual para todos os que laboram nas dependências da DPF BRU.**

## 5.2 ANÁLISE DA PERICULOSIDADE POR EXPOSIÇÃO A ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL – ANEXO 3 - NR-16

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	
A ATIVIDADE É CLASSIFICADA COMO PERIGOSA?	SIM
<b>Fundamentação legal:</b> Art. 193, inciso I da CLT, c/c Anexo 3, itens 1 e 3, da NR-16, com redação dada pela Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.	
ATIVIDADE	ADICIONAL DE 30%
Vigilância patrimonial	Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas



ATIVIDADES	
QUEM ESTÁ EXPOSTO?	Empregados regidos pela CLT (Segurança Patrimonial)
Descrição da(s) atividades(s): Vide item 4 deste laudo.	

Tempo de exposição		Caracterização
	Até 30 min/dia	Eventual
	entre 31 a 400 min/dia	Intermitente
x	Acima de 400 min/dia	Permanente

**ANÁLISE DE RISCO**  
ISO 31000:2009

PROBABILIDADE	X	CONSEQUÊNCIA
Alta		Moderada
Gradação do Risco = 6		

HÁ CONDIÇÃO DE RISCO ACENTUADO?	SIM
<p>► <b>OBSERVAÇÕES DO PERITO:</b></p> <p>Na ocasião da perícia, verificou-se a existência de empregados que realizam atividades ou operações de vigilância e segurança patrimonial, estando de acordo com o Anexo 3 da NR-16 c/c com item 2, alínea "a" e quadro do item 3.</p>	